DIARIO OFFICIAL

DA
REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXIX—2.º DA REPUBLICA—N. 254

RIO DE JANEIRO

DOMINGO 21 DE SETEMBRO DE 1890

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 713 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1890

Dá novo regulamento á parte em construcção da Estrada de Ferro Central do Brazil

O generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados-Unidos do Brazil constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo á necessidade de reorganizar o serviço da administração da parte em construcção da estrada de ferro Central do Brazil, resolve approvar o regulamento que com este baixa, assignado pelo general Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 2 de setembro de 1890, 2.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Francisco Glicerio.

Regulamento a que se refere o Decreto n. 713 de 2 de setembro de 1890

CAPITULO I

DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 1.º O prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil será dirigido por um engenheiro chefe, de livre escolha do governo, immediatamente subordinado ao ministro e secretario de estado dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas.

Art. 2.º O serviço confiado ao engenheiro chefe comprehende: a exploração, projecto, locação, construcção e direcção de todos os trabalhos de prolongamento da estrada e seus ramaes.

Art. 3.º É de exclusiva do engenheiro chefe:

§ 1.º A direcção geral do serviço;

§ 2.º A nomeação de todos os empregados do prolongamento, que por este regulamento não competir ao ministro;

§ 3.º A organização ou approvação dos regulamentos e instrucções para os diversos serviços do prolongamento;

§ 4.º A imposição de penas aos empregados, de conformidade com as disposições deste regulamento;

§ 5.º A organização das explorações e estudos necessarios ao prolongamento da estrada e de seus ramaes e á construcção de novos ramaes;

§ 6.º A organização dos projectos de execução e orçamento das obras;

§ 7.º A escolha dos locais para as estações, paradas e mais edificios;

§ 8.º A celebração dos necessarios contractos para aquisição de materiaes, com excepção de trilhos e seus accessorios, pontes metallicas, material telegraphico e trem rodante, que serão requisitados do ministerio da agricultura;

§ 9.º A desappropriação dos terrenos que tiverem de ser occupados pelo leito da estrada e suas dependencias, mandando indemnizar os proprietarios das bonfeitorias existentes nos mesmos terrenos.

§ 10. A autorização de todas as despesas do serviço a seu cargo, dentro da verba que para esse serviço tiver sido consignada na respectiva lei do orçamento.

§ 11. A autorização ao pagador para receber do Thesouro Nacional as consignações necessarias para cecorrer ás despesas do serviço e para entregar a importancia cobrada dos direitos impostos e multas dos empregados e a proveniente de qualquer venda eventual.

§ 12. A adopção, dentro de suas attribuições, de providencias provisórias, nos casos omissos do presente regulamento, quando a urgencia do serviço o exigir, devendo representar immediatamente ao ministro para que este providencie definitivamente.

CAPITULO II

PESSOAL E SUAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 4.º O pessoal do prolongamento será o constante da tabella annexa a este regulamento, fixando o engenheiro chefe sua quantidade, conforme a extensão da linha em construcção ou em estudos, de accordo com as seguintes regras:

§ 1.º Escriptorio central: 1 primeiro engenheiro, 1 chefe de secção, 1 engenheiro de 1.ª classe, 1 dito de 2.ª classe, 1 conductor de 1.ª classe, 1 dito de 2.ª classe, 2 auxiliares de 1.ª classe, 2 ditos de 2.ª classe, 1 secretario, 2 amanuenses, 1 pagador, 1 almoxarife, 2 desenhistas de 1.ª classe, 2 ditos de 2.ª classe e 1 continuo.

§ 2.º Secções: para cada trecho de 30 a 60 kilometros de linha em construcção, ou de 60 a 120 em estudos, as secções compor-se-hão de 1 chefe de secção, 1 engenheiro de 1.ª classe, 2 ditos de 2.ª classe, 2 conductores de 1.ª classe, 1 dito de 2.ª classe e 1 auxiliar de 1.ª ou 2.ª classe.

§ 3.º Capital Federal: 1 agente encarregado da recepção e expedição de materiaes.

§ 4.º O quadro acima só será preenchido á proporção que os trabalhos o exijam, devendo ser reduzido logo que as condições do serviço o permittam.

Art. 5.º A secretaria será dirigida pelo secretario, a quem incumbem:

§ 1.º O expediente geral.

§ 2.º O lançamento dos contractos e ajustes, o assentamento dos empregados e o registro de toda a correspondencia official do engenheiro chefe.

§ 3.º O inventario dos proprios da estrada.

§ 4.º A guarda e conservação do archivo central.

§ 5.º A organização das folhas do pagamento do pessoal do escriptorio central.

§ 6.º O processo de todas as contas do fornecimentos, examinando se estão completamente documentadas, e si as quantidades e preços conferem com os pedidos e contractos (quando os houver); e, finalmente, si o fornecimento foi devidamente autorizado pelo engenheiro chefe.

§ 7.º O processo de todas as folhas de pagamento do pessoal, verificando si os vencimentos e diarias conferem com o da tabella e ordens em vigor e as declarações constantes das mesmas folhas.

§ 8.º A verificação dos calculos de todos os documentos de despesas.

§ 9.º A escripturação em dia, nos livros Diario, Razão e Auxiliares, de toda a receita e despesa da estrada, na forma das instrucções e modelos exigidos pelo Thesouro Nacional.

Art. 6.º A thesouraria ficará a cargo do pagador, que terá sob sua guarda a caixa, por cujos valores e operações é responsavel.

Ao pagador compete:

§ 1.º Receber no Thesouro Nacional, á vista de requisição do engenheiro chefe, a importancia das prestações necessarias aos diversos serviços da estrada.

§ 2.º Entregar no Thesouro, por ordem do engenheiro chefe, a importancia cobrada dos direitos, impostos, multas dos empregados e renda eventual.

§ 3.º Fazer todos os pagamentos da estrada, excepto aquelles que, em virtude de contractos existentes ou que se fizerem, tenham de ser effectuados no Thesouro Nacional.

§ 4.º Arrolar todos os documentos de receita e despesa que devam ser remetidos ao Thesouro, na conformidade do decreto n. 10.145 de 5 de janeiro de 1889.

Art. 7.º Compete ao almoxarife:

§ 1.º A arrecadação e classificação do material existente, e do que for adquirido.

§ 2.º A verificação da quantidade e qualidade do material no acto de ser recebido, observando-se nos exames as estipulações dos respectivos contractos ou especificações das encomendas e pedidos e as amostras ou modelos adoptados.

§ 3.º A organização de pedidos para aquisição do material necessario ao suprimento dos armazens e depositos.

§ 4.º A satisfação dos pedidos de fornecimento assignados pelo chefes de secção, primeiro engenheiro e secretario e despachados pelo engenheiro-chefe, bem como o acondicionamento e remessa do respectivo material ao seu destino.

§ 5.º A escripturação da carga e descarga e movimento do material.

§ 6.º Auxiliar, sem prejuizo do serviço a seu cargo, os trabalhos da secretaria.

Art. 8.º E' do dever e competência do almoxarife :

§ 1.º Responder pela quantidade e qualidade do material que estiver em deposito.

§ 2.º Manter os armazens e depositos em perfeita ordem de asseio, dirigindo a arrumação e acondicionamento dos artigos sob sua responsabilidade, zelando a sua conservação e limpeza, devendo, no caso de deterioração casual, dar immediatamente parte ao engenheiro chefe, para este resolver a respeito.

A falta de cumprimento destes deveres sujeita o almoxarife á indemnização do valor do material deteriorado.

§ 3.º Organizar e fazer organizar os pedidos para aquisição do material, de modo que os armazens e depositos se conservem sempre providos dos artigos necessarios para o consumo ordinario.

§ 4.º Assistir ao exame e verificação da qualidade, peso, quantidade e medida do material que tiver de ser recebido.

§ 5.º Providenciar sobre os fornecimentos que forem ordenados pelo engenheiro chefe e assistir á conferencia para a entrega ou remessa do material, tendo em vista que este serviço seja executado com a maior promptidão e regularidade.

§ 6.º Mandar examinar e avaliar o material inservivel que existir ou for recolhido ao almoxarifado, requisitar concerto para o que estiver no caso de poder ser depois novamente fornecido, e venda em leilão para o que for imprestavel ou não tiver applicação na estrada.

§ 7.º Assignar os termos e passar as declarações e recibos que devem constituir a sua responsabilidade.

§ 8.º Apresentar ao engenheiro chefe, até ao dia 15 de cada mez, um relatório dos fornecimentos feitos ás diversas secções, escriptorio tecnico e secretaria no mez anterior e, até ao fim de fevereiro de cada anno, uma demonstração geral do movimento do material do anno anterior e um inventario geral do material em ser.

Art. 9.º Ao 1º engenheiro incumbe a direcção immediata do escriptorio tecnico.

A cargo do referido escriptorio ficam :

§ 1.º O delineamento do projecto definitivo do prolongamento da estrada e seus ramaes, á vista da planta e mais documentos do estudo do terreno.

§ 2.º A organização e desenho dos projectos de obras.

§ 3.º Os calculos de cubação e orçamento das obras projectadas.

§ 4.º Os calculos de cubação e avaliação das obras feitas.

§ 5.º A organização dos certificados provisórios e contas finais para pagamento das obras.

§ 6.º A organização dos elementos para a parte dos relatórios do engenheiro chefe, referentes á construcção e estudo.

§ 7.º A escripturação technica.

Art. 10. Aos chefes das secções incumbe :

§ 1.º Fiscalisar a execução das obras e mais serviços da sua secção.

§ 2.º Dar, de accordo com as indicações do engenheiro chefe, as ordens de serviço que forem precisas para a boa execução e melhor marcha dos trabalhos confiados á sua fiscalisação.

§ 3.º Fazer as medições provisórias e finais das obras e mais serviços da secção.

§ 4.º Apresentar ao engenheiro chefe, até ao dia 15 de cada mez, um relatório resumido dos trabalhos da secção durante o mez anterior, e até ao dia 31 de janeiro de cada anno um relatório circumstanciado do anno anterior.

CAPITULO III

EXPLORAÇÕES, ESTUDOS E CONSTRUÇÃO

Art. 11. As explorações e estudos comprehendem :

§ 1.º O exame das regiões por onde tiver de passar a linha projectada, tendo por fim especial determinar approximadamente os pontos de passagem obrigados, e obter os dados e informações diversas que sirvão para decidir da escolha dos valles que devão ser estudados.

§ 2.º O traçado de uma linha de ensaio tão approximada quanto possível da directriz definitiva, medindo-se as distancias com a maior exactidão e tomando-se os angulos de deflexão das linhas e o rumo magnetico de cada uma.

§ 3.º O nivelamento longitudinal de todos os pontos da linha traçada.

§ 4.º O levantamento de secções transversaes em numero e largura sufficiente para determinar a configuração e relevo do terreno em uma zona de 80 metros, pelo menos, para cada lado da linha estudada.

§ 5.º A construcção da planta e perfil da linha estudada e a organização do projecto, orçamento e memoria descriptiva e justificativa do mesmo.

§ 6.º A determinação da latitude e longitude dos pontos mais notaveis situados na linha estudada ou em suas proximidades, dentro de seis kilometros para cada lado.

§ 7.º Uma noticia das localidades e povoações que tiverem de ser atravessadas ou servidas pela estrada, acompanhada de dados sobre sua riqueza, população e producção.

§ 8.º Notas sobre a confluncia de rios, sua navegabilidade e cheias, vias de communicação já existentes e quaesquer outras informações ou estudos exigidos pelo ministro.

Art. 12 Terminados os estudos e explorações, o engenheiro chefe remetterá ao ministro, para toda a linha estudada ou para secções da mesma linha, os seguintes documentos :

§ 1.º A planta geral da linha ferrea na escala de 1/1000 metros em que serão indicados os raios de curvatura, a configuração do terreno, representada por meio de curvas de nivel equidistantes de 1 metro e, bem assim, em uma zona de 80 metros pelo menos, para cada lado, os campos, mattas, rios, edificações, culturas, terrenos pedregosos e, sempre que for possível, as divisas de propriedades particulares, as terras devolutas e as minas.

§ 2.º O perfil longitudinal, na escala de 1/200 metros, para as alturas, e de 1/2000 para as distancias horizontaes, indicando as extensões e as inclinações dos declives.

§ 3.º Planos graes das obras mais importantes, na escala de 1/100 metros incluindo os typos a adoptar para as diversas classes de estações, suas dependencias e abastecimento dagua ás locomotivas.

§ 4.º Relação das pontes, viaductos, pontilhões, boeiros e quaesquer outras obras d'arte, com as principaes dimensões, posição na linha, systema de construcção e quantidade de obra.

§ 5.º Tabella da quantidade de excavação para executar-se o projecto, do transporte mélio para o producto das excavações e a classificação provavel destas.

§ 6.º Tabella de alinhamentos e seus desenvolvimentos, raios de curva, inclinação e extensão das declividades.

§ 7.º Orçamento geral do custo da linha, com indicação das quantidades de obra e dos preços de unidades, si estes não estiverem determinados e, bem assim, das despezas de exploração e estudos preliminares.

§ 8.º Relatório geral das vantagens e exito provavel da linha projectada.

Art. 13. Sómente depois de approvados pelo ministro os documentos relativos aos estudos e explorações, poderá ser autorizada a construcção das obras, que não terá começo enquanto não for expressamente ordenada pelo mesmo ministro.

Art. 14. As obras serão executadas por empreitadas e series de preços, mediante concorrência em hasta publica.

As propostas serão recebidas na secretaria da agricultura e na do prolongamento e terão por base os estudos feitos, que poderão ser examinados pelos concurrentes.

Art. 15. A extensão de cada empreitada será de 6 kilometros, salvo tratando-se de trechos excessivamente leves, a juizo do engenheiro chefe, onde a extensão será elevada a 12 kilometros.

Art. 16. Serão feitas por administração ou contractadas separadamente das obras de preparação do leito e d'arte e em novas concorrências publicas as da construcção de edificios, o assentamento da via permanente e da linha telegraphica e a armação e cravação das superestructuras metallicas das pontes e viaductos.

Art. 17. Recebidas as propostas, serão, depois de examinadas e devidamente informadas pelo engenheiro chefe, remettidas ao ministro, que escolherá o proponente que lhe parecer mais idoneo, lavrando-se o contracto na secretaria da agricultura.

Art. 18. Os contractos das obras terão por base os desenhos de execução que os acompanharem, ou a que se referirem, e as unidades de preços, especificações e condições graes de execução que tenham sido organizadas pelo engenheiro chefe e approvadas pelo ministro, as quaes serão revistas, sempre que se tratar de novos contractos, attendendo-se aos preços correntes, facilidades e vantagens proporcionados pelo governo, distancias e local das obras.

CAPITULO IV

PAGAMENTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 19. O pagamento do pessoal será feito mensalmente, nos logares do trabalho.

Art. 20. Os fornecimentos e as contas serão pagos no escriptorio central ou excepcionalmente, por ordem do engenheiro chefe, em qualquer outro ponto.

Art. 21. Nenhum pagamento será effectuado sem que o respectivo documento tenha sido previamente processado e conferido pelos empregados designados pelo engenheiro chefe e tenha o—pague-se—do mesmo engenheiro chefe.

Art. 22. As contas, folhas de pagamento e reclamações que não forem satisfeitas até ao encerramento do respectivo exercicio, não o serão por conta do exercicio seguinte, mas enviadas ao Thesouro, para o competente processo e liquidação.

Art. 23. As folhas de pagamento, contas e outros papeis justificativos da despesa serão organizados em duas vias.

As segundas vias serão archivadas na secretaria do prolongamento e as primeiras vias serão remettidas ao thesouro, na conformidade do decreto n. 10145 de 5 de janeiro de 1889.

Art. 24. O pagador e o almoxarife prestarão no Thesouro Nacional fianças no valor de 15:000\$ para aquelle e de 3:000\$ para este e serão responsáveis pelas quantias e materias que lhes forem confiados. O pagador prestará contas ao Thesouro Nacional na forma do decreto n. 2458 de 10 de março de 1889.

Art. 25. Os pagamentos serão feitos aos proprios empregados, jornalheiros e fornecedores ou a seus procuradores. O pagamento dos jornalheiros terá logar na presença dos chefes das respectivas secções ou na dos chefes de turma de exploração e locação e engenheiros encarregados das residencias; será pelo menos fiscalisado e attestado nas competentes folhas de pagamento. O pagador é responsavel pelo fiel cumprimento da primeira parte deste artigo, qualquer que seja o motivo allegado para justificar-se.

Art. 26. O engenheiro-chefe verificará, uma vez por mez e em dias indeterminados, a caixa e a escripturação central.

CAPITULO V

NOMEAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES E DEMISSÕES

Art. 27. O cargo de engenheiro-chefe só será confiado a engenheiro nacional praticamente habilitado no serviço de construção de vias ferreas e que notoriamente se recomende pela sua experiencia e capacidade profissional.

Art. 28. Só poderão ser nomeados para os logares de chefes de secção engenheiros que, além de satisfazerem as condições da lei n. 3001 de 9 de outubro de 1880, tenham, pelo menos cinco, annos de pratica em trabalhos de construção de estradas de ferro.

Art. 29. Serão nomeados: por decreto, o engenheiro chefe; por portaria do ministro, sobre proposta do engenheiro chefe: o 1º engenheiro, os chefes de secção, os engenheiros de 1ª classe, o secretario, o pagador e o almoxarife; e por acto do engenheiro-chefe todos os demais empregados do prolongamento.

Art. 30. O engenheiro-chefe será substituído em suas faltas ou impedimentos temporarios pelo primeiro engenheiro, cabendo ao ministro designar o substituto interino, si o impedimento prolongar-se por mais de 30 dias.

Art. 31. No impedimento dos demais empregados até oito dias, a substituição far-se-ha na ordem hierarchica dos cargos.

Quando o impedimento exceder de oito dias, o substituto será designado pelo engenheiro-chefe.

§ 1.º A substituição se fará, em geral, por interinidade, o substituto deixará o exercicio do seu cargo, perderá os seus vencimentos e perceberá os do empregado substituído, quaisquer que sejam as vantagens que a este couberem, durante o seu impedimento.

§ 2.º Quando, pela natureza especial do serviço, a substituição só puder ter logar com accumulção de funcções, a juizo do engenheiro-chefe, o empregado perceberá, além de seus vencimentos, a gratificação do substituído.

Art. 32. O empregado que exercer interinamente logar vago perceberá todos os vencimentos deste.

Art. 33. O provimento dos logares que vagarem será, por acesso nas respectivas classes, attendendo-se de preferencia á aptidão e assiduidade. Poderão, porém, ser nomeados independente de acesso, o 1º engenheiro, chefe de secção, o pagador, o secretario, o almoxarife e o agente.

Art. 34. O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada perderá todos os vencimentos.

Si justificar as faltas ser-lhe-ha descontada sómente a gratificação correspondente aos dias em que faltar, até ao maximo de oito dias.

Para sua justificação será sufficiente a simples allegação por escripto, do empregado, quando o numero de faltas não exceder a tres. Si, porém, for superior a tres e inferior a nove, será necessario apresentar attestado de medico.

Além de oito faltas só será concedido abono, si o empregado obtiver licença.

Os diversos prazos enumerados neste artigo abrangem quando as faltas não forem consecutivas, o periodo de um mez civil.

Art. 35. O desconto por faltas interpoladas será correspondente aos dias em que ellas se derem; no caso de faltas consecutivas, serão descontados tambem os dias feriados comprehendidos neste periodo.

Art. 36. São causas justificativas de faltas: 1º, molestia do empregado; 2º, nõjo; 3º, gala de casamento.

§ 1.º Compete ao engenheiro-chefe julgar da justificação das faltas.

Art. 37. O empregado que sem causa justificativa faltar seguidamente mais de quinze dias será considerado demittido.

CAPITULO VI

FALTAS E PENAS

Art. 38. As faltas disciplinares commettidas por empregados, que não constituirem crime definido na legislação vigente, serão punidas, segundo a sua gravidade, com as seguintes penas:

- 1ª, simples advertencia;
- 2ª, reprehensão em ordem de serviço;
- 3ª, multa, até um mez dos vencimentos;
- 4ª, suspensão até trinta dias;
- 5ª, demissão.

§ 1.º O engenheiro-chefe poderá impor qualquer das penas designadas no artigo antecedente aos empregados de sua nomeação, e as de advertencia e suspensão até quinze dias aos de nomeação do ministro, a quem dará conhecimento immediato.

Art. 39. A suspensão, excepto a preventiva, para responsabilidade do empregado, ou a que resultar de despacho de pronuncia, determinará perda de todos os vencimentos.

Na hypothese da suspensão preventiva, o empregado deixará de receber a gratificação, e na de pronuncia ficará privado, além disso, do metade do ordenado, até ser a final condemnado ou absolvido, nos termos dos arts. 165, § 4º e 174 do código do processo criminal; restituindo-se a outra metade, dada a absolvição.

Art. 40. São considerados secretos todos os actos em elaboração, até que, completos, possam ser dados á publicidade.

CAPITULO VII

LICENÇAS E APOSENTADORIAS

Art. 41. As licenças aos empregados serão concedidas até trinta dias, dentro de um anno civil, pelo engenheiro-chefe, e as demaio prazo pelo ministro, precedendo audiencia do engenheiro chefe, e de accordo com as disposições do decreto n. 4484 de 7 de março de 1870.

Art. 42. As licenças serão concedidas com ou sem ordenado, não se abonando em caso algum as gratificações de exercicio.

§ 1.º Só por motivo de molestia provada se concederá licença até um anno, sendo com ordenado inteiro até seis mezes; e de então em deante com metade do ordenado.

§ 2.º Por qualquer outro motivo justificado, a licença não excederá de seis mezes; e sendo com ordenado, ficará sujeito ao seguinte desconto:

Da quinta parte, durante os dous primeiros mezes;

Da terça parte, pelo tempo excedente de dous mezes até quatro mezes;

Doas terças partes, pelo tempo excedente de quatro mezes até seis mezes.

Art. 43. O tempo das licenças concedidas com ordenado, suas reformas e prorogações dentro de um anno civil será sommado para o fim de fazer-se o desconto de que trata o artigo antecedente.

Art. 44. Nos casos, porém de licença com ordenado, de que trata o art. 42 e seus paragraphos, findo o prazo maximo de um anno, não será renovada ou prorogada nessas condições sem que o empregado volte ao effectivo exercicio do seu cargo, e nelle permaneça por tempo, pelo menos, igual ao da ausencia determinada pelo gozo da licença ou licenças.

Art. 45. Ficará sem effeito a licença concedida, si o empregado que a tiver obtido não entrar no gozo della dentro do prazo de um mez, contado do dia em que o acto da concessão for publicado no *Diario Official*, ou lhe for communicada.

Art. 46. O disposto nos artigos antecedentes terá applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação, considerando-se como ordenado duas terças partes de seus vencimentos.

Art. 47. Não pôde obter licença o empregado que não tiver tomado posse e entrado no exercicio do seu cargo.

Art. 48. Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado, sem que tenha registrado a licença na secretaria da estrada, com a declaração do dia em que começou a goz-a e sem que se achem satisfeitas as exigencias prescriptas nas leis fiscaes.

Art. 49. É concedida aposentadoria, ordinaria ou extraordinaria, aos empregados do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Art. 50. São condições indispensaveis para obter aposentadoria ordinaria: 1º, trinta annos de serviço effectivo; 2º, absoluta incapacidade physica ou moral para continuar no exercicio do emprego.

§ 1.º Na contagem do tempo de serviço não serão attendidos os dias de suspensão e de faltas não justificadas, nem as licenças por mais de sessenta dias em cada anno.

§ 2.º A incapacidade physica ou moral verifica-se pelo exame de tres facultativos e parecer fundamentado do engenheiro chefe.

Art. 51. A aposentadoria extraordinaria pôde ser concedida: 1º, ao empregado que, contando dez annos de serviço, se impossibilite de continuar no desempenho do emprego; 2º, ao empregado que, independentemente de qualquer outra condição, torne-se inhabil para o serviço por desastre resultante do exercicio de suas funcções, por ferimento ou mutilação em luta no desempenho do cargo, por molestia adquirida no serviço ou na pratica de algum acto humanitario ou de dedicacão á causa publica.

§ 1.º As causas de impossibilidade previstas neste artigo são applicaveis ás disposições do § 2º do art. 50.

§ 2.º Cessando a impossibilidade e verificado que seja este facto pelo modo indicado no § 2º do art. 50 o empregado poderá ser restituído á actividade do serviço no mesmo logar que exercia ou em outro equivalente, na primeira vaga de que houver.

Art. 52. Para os effeitos das aposentadorias só pôde contar-se o tempo de serviço na estrada de ferro e em outros cargos publicos.

Art. 53. Na aposentadoria ordinaria o empregado terá direito ao ordenado do logar por elle occupado durante tres annos.

Art. 54. No caso de aposentadoria extraordinaria e na hypothese do n. 1 do art. 50 o empregado terá direito ao ordenado

proporcional ao seu tempo de serviço, contado nos termos do art. 50, e na hypothese do n. 2 do art. 51 terá direito a todo o ordenado

Art. 55. A melhoria de vencimentos só aproveitará para a aposentadoria dous annos depois de tornar-se effectiva.

Art. 56. O empregado, quando aposentado, poderá optar entre o vencimento da aposentadoria pela estrada de ferro e o da outra aposentadoria ou reforma, não podendo, em caso algum, accumular vencimentos de duas aposentadorias.

Art. 57. A aposentadoria pôde ser dada a requerimento do interessado, ou por determinação do governo, independentemente de solicitação.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 58. O escriptorio central do prolongamento será estabelecido, sempre que for possível, a juizo do engenheiro-chefe, na localidade onde se achar situada a ultima estação em trafego da linha central ou do ramal de Ouro Preto.

Art. 59. A escripturação e contabilidade das obras serão feitas segundo as instrucções, livros e modelos organizados pelo engenheiro-chefe.

Os orçamentos, despesas occorrentes e custo effectivo das obras de construção e estudos serão escripturados com methodo e clareza, por modo que de prompto se possa verificar a despeza real de cada especie de obra, o custo kilometrico de qualquer parte da estrada estudada ou concluida e as causas que tenham motivado excessão no orçamento da obra, quando isto aconteça.

Art. 60. O engenheiro chefe expedirá instrucções especiaes que regulem o serviço sob sua direcção e as relações dos empregados entre si.

Art. 61. A escripturação da receita e despeza far-se-ha por exercicios, sendo organizada de accordo com as instrucções e modelos fornecidos pelo Thesouro Nacional.

Art. 62. Em caso algum o systema de escripturação e contabilidade central se afastará das regras prescriptas pela legislação de fazenda.

Art. 63. Os empregados, quando viajando em serviço na estrada e os empreiteiros, na forma de seus contractos, terão passes livres na parte da estrada entregue ao trafego.

Art. 64. Os empregados, quando em viagem de recreio ou de interesse particular, terão o abatimento de 75 % sobre os preços das passagens, nos carros de 1ª ou 2ª classe, segundo sua categoria.

Art. 65. Gozarão do beneficio dessa redução de preço todas as pessoas da familia do empregado que residirem debaixo do mesmo tecto.

Art. 66. Os objectos de uso ou consumo do empregado e de sua familia gozarão do mesmo abatimento de 75 % sobre os preços das tarifas em vigor.

Art. 67. Nenhum empregado da estrada poderá ser distraído para commissão ou serviço alheio ao da mesma estrada.

Art. 68. Para imposição das penas decretadas no regulamento anexo ao decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857, contra pessoas estranhas á administração da estrada, terá o engenheiro-chefe, por seus empregados, a autoridade conferida naquelle regulamento aos engenheiros fiscaes.

Art. 69. Todo o material fixo, rodante ou de consumo, fio telegraphico, aparelhos e que tenha de ser importado do estrangeiro, será contractado pelo ministro, á vista de requisição do engenheiro-chefe, por intermedio do agente especial do ministerio de agricultura incumbido da aquisição desse material na Europa e Estados Unidos, á vista de notas, desenhos, especificações e orçamentos em duplicata.

Art. 70. O engenheiro-chefe apresentará ao ministro relatorios trimestraes resumidos sobre o estado das obras de construção e demais trabalhos sob sua direcção.

Art. 71. Até o dia 31 de março o engenheiro-chefe apresentará relatorio geral do anno anterior, expondo com desenvolvimento o estado das obras.

Este relatorio será acompanhado; 1º, do balanço geral; 2º, do quadro do pessoal; 3º, do orçamento detalhado das despesas provaveis para o anno financeiro seguinte; 4º, finalmente, de quaesquer outras informações que possam aproveitar ou interessar o governo.

Art. 72. Faz parte deste regulamento a tabella e observações annexas.

Art. 73. O engenheiro-chefe poderá requisitar do director da estrada em trafego o material rodante de que carecer para a construção das obras, o qual ser-lhe-ha fornecido com a possível presteza, e bem assim o necessario combustivel e lubrificantes.

As locomotivas fornecidas pelo director ao engenheiro-chefe serão dirigidas e guardadas pelo pessoal da locomoção, embora sob as ordens do engenheiro-chefe ou de quem por este for designado.

Todas as despesas provenientes do uso ou emprego desse material correrão por conta da construção das obras, e serão indemnizadas á estrada em trafego.

Art. 74. O engenheiro chefe requisitará do director o transporte do material destinado á construção das obras.

O transporte far-se-ha como os ordinarios da estrada em trafego, guardada a ordem de prioridade no despacho.

Si, porém, em casos de excepcional urgencia, a requisição do engenheiro chefe declarar que de preferencia a qualquer outro serviço se faça a remessa do material pedido, será esta effectuada pelo primeiro trem que possa ser expedido. Os transportes para as obras do prolongamento da estrada serão levados á conta da respectiva construção.

Art. 75. Todas as requisições feitas pelo engenheiro-chefe, quer para fornecimentos pelo almoxarifado, se lhe for isto preferível, quer para concertos e fabrico de utensilios, machinas, pontes de ferro, cobertas, canos, bombas ou quaesquer peças e trabalhos das officinas serão satisfeitas com a possível brevidade, sem prejuizo do serviço da estrada em trafego; devendo tudo ser opportunamente indemnizado como despesas de construção.

Art. 76. Em caso algum, e sob qualquer pretexto, poderá o engenheiro-chefe ou qualquer dos seus auxiliares fazer circular sobre a parte da estrada em trafego as machinas e vagões ou carros que tiver ao serviço da construção, salvo si houver recebido autorização escripta ou telegramma do director, especificando os pontos e tempo em que as referidas machinas e carros possam circular.

Em todo o caso serão rigorosamente observadas as instrucções e ordens de serviço relativas ao movimento dos trans nas estações e na linha.

Art. 77. O director da estrada em trafego e os seus auxiliares não poderão fazer circular machinas ou *trólys* em qualquer parte da linha em construção, sem previo consentimento do engenheiro-chefe, e quando lhe seja isto permitido, deverão ser acompanhados pelo engenheiro ou conductor de cada uma das partes da estrada que tenham de percorrer.

Art. 78. Apenas concluida uma secção ou parte da estrada, o engenheiro-chefe o participará ao ministro, que a mandará receber pelo director.

Poder-se-ha, sempre que o ministro entender conveniente, e depois de ouvidos o engenheiro-chefe e o director, abrir ao transitto publico qualquer parte da nova linha, ainda não concluida definitivamente.

Neste caso o ministro providenciará sobre os meios de melhor harmonisar os dous serviços.

Art. 79. O director e o engenheiro-chefe não poderão dirigir-se, para objecto de serviço, a empregados estranhos ás respectivas repartições. As requisições dos dous chefes far-se-hão sempre directamente de um para outro.

Art. 80. Logo que se concluíam os trabalhos de construção, os engenheiros e conductores que nelles tiverem sido empregados e ali se houverem distinguido serão preferidos para os logares de engenheiros residentes e engenheiros ajudantes que vagarem na parte em trafego da estrada.

Art. 81. O engenheiro-chefe poderá franquear ao publico a linha telegraphica que for construida para o serviço do prolongamento; recebendo-se nas diversas estações telegrammas para outra qualquer do mesmo prolongamento ou da estrada em trafego e vice-versa.

Pertencerá a renda áquelle dos serviços, trafego ou prolongamento, do qual depender a estação de procedencia do telegramma.

Nas estações telegraphicas do prolongamento se observarão o mesmo regulamento e as mesmas taxas em vigor nas do trafego, em tudo que não contrariar o presente regulamento.

Art. 82. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, em 2 de setembro de 1890. — Francisco Glicerio.

Tabella de vencimentos dos empregados

CATEGORIAS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTOS
Engenheiro chefe.....	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
Primeiro engenheiro.....	7:000\$000	3:500\$000	10:500\$000
Chefe de secção.....	5:000\$000	2:500\$000	7:500\$000
Engenheiro de 1ª classe.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Engenheiro de 2ª classe.....	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000
Conductor de 1ª classe.....	2:500\$000	1:250\$000	3:750\$000
Conductor de 2ª classe.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Auxiliar de 1ª classe.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Auxiliar de 2ª classe.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Desenhista de 1ª classe.....	2:250\$000	1:125\$000	3:375\$000
Desenhista de 2ª classe.....	1:750\$000	875\$000	2:625\$000
Pagador.....	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000
Secretari.....	2:500\$000	1:250\$000	3:750\$000
Almoxarife.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Agente no Rio.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Amanuense.....	1:250\$000	625\$000	1:875\$000
Continuo.....	800\$000	400\$000	1:200\$000

Observações

1ª

Além do pessoal de empregados marcado nesta tabella, poderá o engenheiro chefe admitir coadjuvantes, apontadores, machinistas, telegraphistas, mestres, operarios, feitores, trabalhadores, estafetas e todo o mais pessoal de jornalheiros e marcar-lhes os respectivos jornaes ou salarios.

2ª

O engenheiro chefe terá mais a diaria de 8\$, á titulo de despesas de viagem durante o tempo em que se achar em exercicio; e os demais empregados, quando em serviço de campo, diarias de 2\$ a 8\$ e quando em serviço nos escriptorios central e das secções, diarias de 1\$ a 4\$000.

As diarias devem variar com a categoria ou vencimento do empregado, distancia de sua residencia á ultima estação em trafego e as difficuldades locais de subsistencia.

3ª

Aos empregados em serviço de campo o ao pagador mandará o engenheiro chefe abonar uma quantia para cavalgadura, correspondente a 50% do respectivo vencimento mensal, ficando o empregado obrigado, quando deixar o serviço que lhe dá direito á cavalgadura a entrar com a quantia que houver recebido, com desconto na razão de 20% ao anno, calculado sobre o prazo decorrido desde a data em que se lhe tiver feito o abono.

Decorridos 5 annos, depois do abono, considerar-se-ha amortizada a quantia anteriormente recebida e será abonada outra sob as mesmas condições.

4ª

Os chefes de secção em trabalhos de exploração, locação ou construcção receberão, para aluguel de escriptorio, 50\$ mensaes e os chefes de turma de exploração ou locação e os engenheiros ou conductores encarregados das residencias nas secções em construcção 30\$ mensaes para o mesmo fim.

Não sendo possível obter casa por aluguel, o engenheiro chefe mandará fornecer barracas para os trabalhos de exploração ou locação e comprar ou construir casa para os trabalhos de construcção; cessando em qualquer dos dois casos, o abono para aluguel.

5ª

Aos empregados e jornalheiros removidos, por conveniencia do serviço, do escriptorio central para uma secção, ou vice-versa, de uma secção para outra ou de uma residencia para outra da mesma secção, mandará o engenheiro chefe abonar a titulo de despesas de viagem: 1º uma quantia fixa correspondente a 5 dias de vencimento ou jornal; 2º outra quantia proporcionada á distancia a percorrer, contada pelo eixo da linha, correspondente ao vencimento ou jornal de 1 dia, para cada extensão de 30 kilometros e para a fracção restante; sem prejuizo do vencimento, jornaes e demais vantagens devidas ao empregado ou jornalheiro durante os dias indispensaveis, a juizo do engenheiro chefe, para effectuar-se a mudança.

6ª

Os empregados que durante cada trimestre não tiverem commetido faltas que prejudiquem o serviço, a juizo do engenheiro chefe, terão direito a uma gratificação equivalente ao respectivo vencimento de dez dias.

Exceptuam-se: o primeiro engenheiro, os chefes de secção, os engenheiros de 1ª e 2ª classes e os conductores de 1ª e 2ª classes.

7ª

Além da diaria que, em virtude da condição 2ª, lhe for fixada, perceberá o pagador, ou quem suas vezes fizer, uma outra de 8\$ durante os dias indispensaveis, a juizo do engenheiro chefe, ao pagamento do pessoal fóra do escriptorio central, correndo por sua conta todas as despesas comsigo, camaradas e animaes.

8ª

O pagador receberá mensalmente uma gratificação para quebras correspondentes a 15% do seu vencimento.

9ª

Accumulando o secretario ás suas as funções de guarda-livros, perceberá esse empregado, ou quem suas vezes fizer, a gratificação mensal de 100\$ de vendo semelhante accrescimo de trabalho ser executado sem prejuizo do desempenho cabal de seus deveres de secretario.

10ª

Para os despachos na Alfandega do Rio o engenheiro chefe poderá ajustar um despachante geral da mesma Alfandega mediante a gratificação de 1:200\$ por anno.

11ª

Aos conferentes ou agentes das estações terminaes da linha do centro e do ramal de Ouro Preto poderá o engenheiro-chefe, si o director da parte em trafego não julgar inconveniente, abonar uma gratificação mensal de 60\$ pelos serviços que prestarem ao prolongamento.

12ª

O prolongamento continuará a fornecer os instrumentos de engenharia para os trabalhos de campo, livros, cadernetas, papel e, em geral, todos os instrumentos e objectos necessarios aos trabalhos de campo e dos diversos escriptorios; ficando os empregados obrigados a conservar em bom estado, até serem recolhidos ao almoxarifado, todos aquelles que, por sua natureza, não forem de mero consumo.

Para o escriptorio das secções fornecerá um serventa e para as turmas de exploração e residencias da construcção os trabalhadores indispensaveis, á juizo do engenheiro-chefe, para o serviço de campo.

13ª

Ficam rigorosamente prohibidas todas as vantagens não especificadas neste regulamento, tabella e observações annexas, que tenham até hoje usufruido os empregados do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil; taes como, abono para aluguel de casa; pagamento de despesas de transporte para os empregados, suas familias e objectos de uso e consumo; fornecimento de animaes para montaria e para cargas; cosinheiros, criados; alimentação de animaes, etc, etc.

Capital Federal, em 2 de setembro de 1890.—Francisco Glicerio.

DECRETO N. 754 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1890

Concede autorisação a José Proost de Souza e Gregorio Carneiro Bastos para organizarem uma companhia sob a denominação de Companhia Santista de Pesca.

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio constituído pelo exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram José Proost de Souza e Gregorio Carneiro Bastos, resolve conceder-lhes autorisação para organizarem uma companhia sob a denominação de Companhia Santista de Pesca com os estatutos e com as clausulas que com este baixam, não podendo, porém, constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pelo artigo 3º do decreto n. 164 de 17 de janeiro do corrente anno.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil, 13 de setembro de 1890, 2ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Francisco Glicerio.

CLAUSULAS QUE ACOMPANHAM O DECRETO N. 754 DESTA DATA

I

A Companhia Santista de Pesca é obrigada a respeitar em toda a sua plenitude as concessões feitas para a exploração da industria da pesca e da venda de peixe, quer vivo, quer secco, salgado ou de qualquer outro modo preparado; bem como outras que para identicos fins o governo haja de fazer.

II

A mesma companhia, sempre que tiver de adquirir terrenos de marinha, ainda não aforados ou devolutos, deverá requerel-os ás respectivas intendencias ou camaras municipais ou ao governo, conforme o dominio a que estiverem sejeitos os mesmos terrenos.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1890.—Francisco Glicerio.

Estatutos da Companhia Santista de Pesca (Estado de S. Paulo) a que se refere o decreto n. 754 de 13 de setembro de 1890.

CAPITULO I

A ORGANIZAÇÃO, FINS E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 1.º Fica constituída a sociedade anonyma que se denominará— Companhia Santista de Pesca (Estado de S. Paulo)— tendo por fim:

A industria da pesca maritima neste estado de S. Paulo, e a manufactura e commercio dos respectivos productos.

Art. 2.º A sede da companhia será nesta capital.

Art. 3.º Será de 25 annos, contados da data da installação da companhia, o prazo de sua duração, podendo ser prorogado, si assim entender a assembléa geral de accionistas.

A dissolução terá logar nos casos previstos na lei, ou por perdas que importem em mais de metade do capital social, exceptuando o fundo de reserva.

CAPITULO II

CAPITAL SOCIAL, ACÇÕES, ACCIONISTAS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 4.º O capital da companhia será de quinhentos contos de réis (500:000\$), dividido em 5.000 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado a 1.000:000\$, ou a mais, si assim entender a assembléa geral de accionistas por proposta da directoria, em vista do desenvolvimento nos negocios.

Paragrapho unico. Os accionistas terão preferencia na subscrição das novas acções.

Art. 5.º A primeira prestação será de 10% do valor de cada acção no acto das subscrição das acções.

As outras prestações serão igualmente de 10 a 20%, com 30 dias no minimo de intervalo, precedendo annuncios com antecipaçao nunca menor de 15 dias.

Paragrapho unico. As acções serão nominativas e transferiveis somente por termo assignado pelo cedente e cessionario, ou por seus legitimos procuradores e lançado no livro registro da companhia.

Art. 6.º O accionista é responsavel pelo valor de suas acções e o que não realizar no prazo pelo modo designado pagará o juro de 12% ao anno, no caso de força maior justificado perante a directoria, que marcará o prazo, nunca maior de 60 dias para a realização da referida prestação.

§ 1.º Findo o prazo marcado pela directoria, o accionista perderá o direito ás suas acções, cujos valores reverterão em favor da companhia e serão levados em conta do fundo de reserva.

§ 2.º O accionista em móra não exercerá direitos em caso algum perante a sociedade.

Art. 7.º A sociedade não reconhece accionista do menos de uma acção.

Os proprietarios de uma só acção não poderão exercer direito que por ella lhes competirem, enquanto não for designado um só individuo figurando como proprietario.

Art. 8.º Dez acções dão direito a um voto e cada accionista poderá ter até 40 votos, não entrando nesse numero os de que for representante por procuração, cujo numero tambem não excederá de 40 votos para cada um que se fizer representar.

Art. 9.º Ao acções dos directores, enquanto se conservarem no emprego, ou não liquidarem suas contas, são intransferiveis até o numero estipulado.

Art. 10. O accionista que caucionar suas acções não fica privado do exercicio de seus direitos como tal.

Art. 11. No caso de perda ou extravio de qualquer acção, a directoria providenciará de modo a realizar-se a substituição, usando, porém, das devidas cautelas para evitar duvidas que possam occorrer, sendo todas as despezas por conta do interessado.

Art. 12. Dos lucros liquidos realizaos semestralmente se deduzirá de cinco a dez por cento para fundo de reserva, fazendo-se os restantes dividendo aos accionistas.

Art. 13. O fundo de reserva é destinado a refazer as perdas do capital social, e quando exceder a este será empregado a juizo da directoria de accordo com o conselho fiscal.

Art. 14. Os rendimentos do fundo de reserva, quando este exceder ao capital, serão distribuidos pelos accionistas como subdivididos.

Art. 15. O primeiro semestre da sociedade será desde a sua installação até 30 de junho de 1891. Os outros semestres terminarão sempre no dia 30 de junho e 31 de dezembro.

CAPITULO III

DA DIRECTORIA

Art. 16. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros eleitos em assembléa geral por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos, durando seu mandato cinco annos, a saber—um director-presidente, um director-gerente e um director-secretario.

§ 1.º Não havendo maioria absoluta de votos no 1.º escrutinio, proceder-se-ha a 2.º entre os candidatos mais votados, em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos, e neste caso prevalecerá a maioria relativa.

§ 2.º No caso de empate decidirá a sorte.

Art. 17. Nenhum director poderá entrar em exercicio do cargo sem que possua 100 acções, as quaes ficarão caucionadas e sujeitas ás prescripções legais e inalienaveis, enquanto não forem approvadas as contas relativas á sua gestão.

Paraphrased unico. O director que no prazo de 30 dias não prestar a caução exigida perderá o logar.

Art. 18. Os membros da directoria poderão ser reeleitos, e, quando não o sejam, continuarão no exercicio de seus cargos até a posse da nova directoria.

Art. 19. Não poderão ser eleitos os impedidos de negociar, conforme as disposições doCodigo Commercial.

Art. 20. Não poderão exercer conjunctamente os cargos da directoria:

- 1.º Ascendentes e descendentes e seus affins;
- 2.º Irmãos e cunhados durante o cunhadio;
- 3.º Parentes por sanguinidades até segundo grão;
- 4.º Socios da mesma firma commercial ou industrial.

Art. 21. Nenhum director poderá deixar de exercer o seu cargo por mais de seis mezes, salvo o caso justificado de força maior, e, si tal se der, entender-se-ha que renunciou o cargo, e, nesse caso e no de vaga por qualquer circumstancia, os directores em exercicio nomearão de entre os accionistas quem reuna os requisitos legais, quem a preencha por todo o tempo que faltar para completar o mandato do membro substituido, até á primeira reunião da assembléa geral, em que se procederá a eleição definitiva.

§ 1.º O director assim nomeado fica sujeito ao art. 17 e seus paragraphs.

§ 2.º Nos impedimentos ou ausencias temporarias dos directores por mais de 30 dias, o impedido será substituido por accionista nomeado pelos directores em exercicio, de accordo com o art. 17 e seus paragraphs.

Art. 22. Os directores perceberão o honorario de 400\$ mensaes cada um e o director-gerente 500\$ mensalmente.

Art. 23. Reputa-se a directoria resvetida de todos os poderes para praticar os actos de gestão relativos aos fins da companhia.

Art. 24. A directoria se reunirá uma vez por mez ordinariamente e extraordinariamente sempre que houver necessidade e serão validas todas as suas deliberações.

Art. 25. O director-presidente residirá na séde social e o director-gerente e director-secretario residirão na cidade de Santos, onde melhor fiscalizarão os interesses da sociedade.

Art. 26. A directoria compete:

- § 1.º Executar e fazer executar fielmente estes estatutos.
- § 2.º Nomear os empregados, suspender e demittir-os livremente, marcando-lhes os ordenados ou gratificações.
- § 3.º Organizar o balanço annual e o relatório das operações commerciaes, que serão enviados ao conselho fiscal 30 dias antes da reunião da assembléa geral ordinaria.
- § 4.º Escolher um banco de confiança onde tenham de ser depositados os fundos da companhia, estabelecendo conta corrente e outras transacções.
- § 5.º Destinar a quantia que tenha de ser destinada como dividendo, de accordo com o conselho fiscal.

§ 6.º Prestar ao conselho fiscal todas as informações exigidas sobre as operações sociaes, facultando-lhes o exame dos livros e de tudo quanto pertença á companhia.

§ 7.º Convoar a assembléa geral nos casos em que legalmente deva reunir-se sempre que julgar necessario aos interesses sociaes.

§ 8.º Declarar em commisso as acções de que trata o § 1.º do art. 6.º

§ 9.º Procurar ultimar por meios amigaveis as questões entre a companhia e terceiros.

§ 10. Decidir as questões, resolven lo e regulando todos os negocios, exceptuados os que forem da competencia privativa da assembléa geral.

Art. 27. O director-presidente é o órgão da directoria e como tal compete-lhe:

- 1.º Presidir as sessões da directoria;
- 2.º Representar a companhia em juizo e fóra delle;
- 3.º Assignar as procurações para a execução de qualquer mandato da directoria;
- 4.º Superintender juntamente com o director-gerente todos os serviços de administração com direito de provocar sobre elles deliberação final da directoria em sessão.

Art. 28. Ao director-gerente compete:

- § 1.º Substituir o presidente nos seus impedimentos.
- § 2.º Fiscalizar todas as mercadorias pertencentes á companhia.
- § 3.º Propor á directoria a admissão ou dimissão dos empregados, marcando-lhes ordenados ou gratificações.

§ 4.º Ter sob sua guarda e responsabilidade como caixa os dinheiros e valores da companhia, depositando aquelle em um banco, conforme o § 4.º do art. 26.

§ 5.º Resolver todas as questões de expediente, dando conta de tudo á directoria.

§ 6.º Assignar os cheques para a retirada de dinheiro do banco onde estiver depositado.

Art. 29 § 1.º Ao director-secretario compete substituir o presidente e ao gerente nos seus impedimentos.

§ 2.º Registrar as actas de todas as reuniões da directoria em livros para isso destinados.

§ 3.º Fiscalisar de accordo com o gerente sobre todos os serviços de administração da sociedade.

CAPITULO IV

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 30. A assembléa geral é a reunião dos accionistas representando pelo menos um quarto do capital social, por meio de acções inscriptas no livro de registro da companhia 30 dias antes da reunião.

Art. 31. Não se reunindo accionistas que representem numero para haver assembléa geral, convocar-se-ha a segunda reunião no espaço nunca menor de oito dias, por meio de annuncios nos jornaes de maior circulação, e, si ainda assim a assembléa não poder constituir-se, se convocará com antecedencia de oito dias 2.ª reunião, com a declaração nos annuncios de que a assembléa deliberará com qualquer numero de votos.

Art. 32. No caso de alteração dos estatutos ou liquidação da companhia, a assembléa geral será convocada de conformidade em tudo com o artigo antecedente, devendo, porém, ser representado pelo menos dous terços do capital social.

Art. 33. A mesa da assembléa geral se comporá de um presidente aclamado na occasião e de dous secretarios nomeado pelo presidente.

Art. 34. Em cada anno no principio do mesmo haverá uma reunião de assembléa geral ordinaria, cuja reunião se effectuará no logar e hora designados pela directoria em annuncios nos principaes jornaes com 15 dias de antecedencia.

Art. 35. As assembléas gerais extraordinarias serão convocadas sempre que a directoria ou o conselho fiscal acharem conveniente, ou quando seja pedida por sete ou mais accionistas que representem pelo menos a quarta parte do capital social.

Art. 36. Todas as deliberações serão tomadas por maioria de votos, sendo a votação *per capita* nas questões de ordem.

Art. 37. Os possuidores de menos de 10 acções poderão tomar parte nas discussões, sem contudo exercerem o direito de voto.

Art. 38. Nas reuniões ordinarias da assembléa geral serão lidos o relatório e o balanço apresentados pela directoria e bem assim o parecer do conselho fiscal.

Art. 39. Serão admittidos votos por procuração conferida aos accionistas com poderes especiaes, não podendo servir de procuradores os directores e fiscaes.

Art. 40. Nas assembléas gerais não podem votar os directores sobre approvação de suas contas, os fiscaes sobre seus pareceres e os accionistas sobre vantagens que lhes digam respeito particular.

Art. 41. Compete á assembléa geral:

- 1.º Elegar a directoria e o conselho fiscal e seus supplentes pela forma marcada nos presentes estatutos, por escrutinio secreto, tudo de conformidade com o art. 16 e seus paragraphs e arts. 18, 19, 20 e 42;
- 2.º Reformar e alterar os presentes estatutos;
- 3.º Deliberar acerca do relatório e balanço apresentados pela directoria e parecer do conselho fiscal;
- 4.º Deliberar sobre qualquer proposta iniciada pela directoria ou qualquer accionista;

Art. 5.º As procurações, de que trata a clausula antecedente, vigorarão enquanto durar o contracto e não necessitarão de ser renovadas.

Art. 6.º As procurações passadas pelos mutuários ao Banco dos Funcionarios Publicos poderão produzir seus effeitos legaes, ainda mesmo no caso de fallecimento do constituinte.

Art. 7.º Na hypothese de remoção ou comissão do funcionario publico para repartição fora da Capital Federal, ficará consignada por aquelle ao mesmo banco a quantia que é devida mensalmente a este, não podendo retirar esta consignação sem accordo com o banco.

Art. 8.º O governo terá junto ao banco um fiscal, funcionario publico, que terá todas as attribuições necessarias para fazer cumprir este decreto e os estatutos do banco, representando ao

governo, pelo Ministerio da Fazenda, sempre que não forem o mesmo decreto e estatutos fielmente observados.

Art. 9.º Enquanto durarem as operações do Banco dos Funcionarios Publicos, organizado pelo funcionario Antonio José de Abreu, na forma deste decreto e dos estatutos que forem approvados pelo governo, a nenhum outro particular ou funcionario publico serão concedidos iguaes favores.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Sala nas sessões do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de setembro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Ruy Barbosa.

Ministerio da Guerra

Por decreto de 19 do corrente, foi reformado de accordo com o artigo 193 A de 30 de janeiro ultimo, o 1º cirurgião aggregado ao corpo sanitario do exercito Dr. Francisco Borges de Barros, visto ter attingido a idade maxima para a reforma de que trata o referido decreto.

Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos

Por decretos de 18 do corrente foram jubilados:

O Dr. José Maria Corrêa do Sá e Benevides, lente cathedratico da primeira cadeira do 1º anno da Faculdade de Direito de S. Paulo, com o ordenado por inteiro na forma do art. 25 dos estatutos approvados por decreto n. 1366 de 28 de abril de 1851, conforme requereu;

Maria José dos Santos Lara, professora da primeira escola publica de meninas da freguezia de Santa Rita, com o ordenado por inteiro e gratificação adicional de um terço de seus vencimentos por contar mais de 25 annos de exercicio effectivo de magisterio, na forma do art. 29 do regulamento de 17 de fevereiro de 1854, art. 19 do regulamento de 30 de novembro de 1876, art. 14 do regulamento de 18 de janeiro de 1877 e aviso n. 8 de 27 de janeiro de 1882.

Foi nomeado o lente substituto da Faculdade de Direito do Recife Dr. Augusto Carlos Vaz de Oliveira, para o lugar de lente cathedratico da 2ª cadeira do 1º anno da mesma faculdade.

Concedeu-se aposentadoria ao secretario da Repartição Geral dos Telegraphos José Joaquim da Silva Ribeiro.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio do Interior

Por portaria de 18 do corrente mez, foi nomeado João Antonio de Azevedo para o lugar do professor de portuguez, arithmetica, geographia e historia do Brazil da Casa de S. José.

Estado do Rio Grande do Sul — Palacio do governo em Porto Alegre, 2 de setembro de 1890.

Ao Sr. general Dr. José Cesario de Faria Alvim, Ministro do Interior — Apresento-vos a inclusa copia do officio que dirigiu-me a Junta Municipal da Palmeira e no qual rende homenagem ao Governo Provisorio por haver sido decretada a constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Saude e fraternidade. — O general de divisão, Candido Costa.

Estado do Rio Grande do Sul — Paço e sala da camara municipal da villa da Palmeira, 20 de julho de 1890.

A decretação da Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil realizou a mais importante e legitima aspiração do povo bra-

zileiro e attestou, mais uma vez, a sabedoria e incontestavel patriotismo do benemerito Governo Provisorio; pelo que, esta junta municipal, interpretando o sentimento da população deste municipio, vem felicitar-vos e pedir-vos que transmitaes áquelle governo, que dignamente representaes neste estado, os votos de sua respeitosa consideração e grande apreço pelo revelantissimo serviço que assim prestou á patria.

Saude e fraternidade. — Ao cidadão general Candido José da Costa, dignissimo governador do estado. — O presidente da intendencia, Evaristo Teixeira do Amaral. — Fernando Westphalen. — Guilherme Fetter.

Ministerio da Fazenda

Por titulo de hontem, foi nomeado Antonio Joaquim de Souza Botafogo para o lugar de fiscal do governo junto ao Banco dos Funcionarios Publicos.

Expeliento do dia 8 de setembro de 1890

Declarou-se á Thesouraria de Fazenda das Alagóas que as porcentagens aos exactores da Fezenda Nacional devem, nos casos de renda inferior á lotada, ser calculadas, não pelo termo médio dos tres ultimos exercicios, como procedeu a mesma thesouraria, mas pela lotação anterior, nos termos da circular n. 12, de 4 de fevereiro ultimo, que cumpre seja observada.

— Ministerio dos Negocios da Fazenda, em 10 de setembro de 1890.

Reclamando a *United States and Brasil Mail Shipi Company* na petição transmittida a este ministerio pelo da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, com o aviso n. 95 de 3 de agosto proximo findo, contra o imposto sobre sahidas de navios, estabelecido pelo art. 20 das disposições permanentes da lei do orçamento desse estado, actualmente em vigor; cabe-me declarar-vos que, na forma do art. 6, n. 2, do decreto n. 510 de 22 de junho ultimo, a criação de tal imposto é da competencia do Governo da União, e que, em vista do art. 9º do mesmo decreto, não podem os estados tributar de qualquer modo, ou embarçar com qualquer dificuldade ou gravame regularmentar, ou administrativo, actos, instituições ou serviços estabelecidos pelo dito governo. — Ruy Barbosa. — Sr. governador do estado do Pará.

— Em virtude de proposta do inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, foi o mesmo autorizado para reduzir a 17 o numero dos trabalhadores dos guindastes, tendo uma categoria de mandador com a gratificação diaria de 4\$, alterando assim o orçamento approuva-lo pelo aviso n. 71 de 12 de maio ultimo.

Dia 11

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1890.

Sr. Ministro — Attendendo ao que me representou o inspector da Caixa da Amortização em officio n. 135 de 23 do mez passado, rogo-vos providencias para que se estabeleça nas proximidades do edificio da mesma repartição um posto de ronda de praças do corpo de bombeiros, afim de acudir promptamente no caso de incendio que se possa dar originado pelas machinas collocados no pateo do dito edificio para fornecimento de luz electrica á Directoria Geral dos Correios, que tambem nelle funciona. — Ruy Barbosa. — Sr. Ministro dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

mente no caso de incendio que se possa dar originado pelas machinas collocados no pateo do dito edificio para fornecimento de luz electrica á Directoria Geral dos Correios, que tambem nelle funciona. — Ruy Barbosa. — Sr. Ministro dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Ordenou-se á Thesouraria de Fazenda do S. Paulo que mande descontar pela 5ª parte dos vencimentos a que tiver direito o praticante da alfandega de Santos, Vicente Octaviano Victor Paulino, a importancia das passagens que nesta data lhe são concedidas.

Communicou-se ao administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro ter sido elevada a porcentagem dos cobradores da mesma repartição.

Dia 12

Autorizou-se o inspector da alfandega da capital das Alagóas para elevar a oito o numero dos despachantes geraes da mesma repartição.

Dia 13

Ao governador do estado de Minas Geraes communicou-se, que de accordo com o que solicitou o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, ficam isentos do imposto de transporte os bilhetes de passagem de ida e volta, validos por 60 dias, para as aguas mineraes de Alambary e de Cambuquira.

N. 61 — Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio da Thesouraria de Fazenda de S. Paulo, n. 104, de 20 de agosto proximo passado e papeis que o acompanharam, relativos á venda, na importancia de 2.132.000\$, da Companhia Carris de Ferro de S. Paulo a um syndicato representado pelo Banco Provincial, do mesmo estado, mediante a transferencia das respectivas accões ao preço de 16\$ cada uma, declara ao Sr. inspector da dita thesouraria que a transacção de que se trata e qualquer outra que do mesmo modo se realice estão sujeitas, não só ao imposto de transmissão de propriedade, para cuja cobrança cabe o procedimento indicado na circular n. 39, de 28 de junho ultimo, si não se puder effectuar amigavelmente, como tambem ao pagamento do laudonio devido por quaesquer propriedades edificadas em terrenos foreiros á Fazenda Nacional. — Ruy Barbosa.

N. 52 — Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Sul, n. 75, de 10 de julho ultimo, em que communica a resolução tomada em junta, de mandar abonar aos officiaes do exercito ultimamente nomeados para os logares de tentes substitutos e professores da Escola Militar do mesmo estado os respectivos vencimentos, independentemente do pagamento do selo de taes nomeações, fundando-se para isso no art. 308 do decreto de 12 de abril, que deu nova organização á dita escola, — ordena-lhe que, relativamente ao assumpto, cumpra o disposto no regulamento de 19 de maio de 1883, o qual só pode ser alterado por acto deste ministerio. — Ruy Barbosa.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Eduardo José de Souza Proença, pedindo permissão para emitir cautellas de bilhetes de loteria.—Indeferido.

J. A. Fernandes de Oliveira, inventariante dos bens do finado 1º official aposentado da Secretaria de Fazenda José Antonio de Oliveira, pedindo o pagamento do vencimento de 22 dias que este deixou de perceber.—Pague-se.

Manoel José Gomes, pedindo abono de passagem.—Deferido.

D. Maria Leonardo Mira Wanderley, pedindo reconsideração do despacho de 23 do proximo passado, que julgou prescripta parte da differença do meio soldo que percebe.—Indeferido.

D. Pastora Maria da Soledade, idem.—Não ha que deferir.

Officiaes de descarga extintos da Alfandega do Rio de Janeiro, pedindo dispensa de concurso de 2ª entrança.—Os supplicantes não poderão ser providos a empregos de 2ª entrança sem que se mostrem habilitados, na forma do decreto n. 248 de 6 de março ultimo; não lhes sendo, porém, applicavel a disposição do art. 23, segunda parte, do decreto n. 10349 de 14 de setembro de 1889.

Pedro Gurriti Pessoa, pedindo gratificação para despesas com a verificação do lançamento de impostos pela Recebedoria do Rio de Janeiro.—Deferido.

Theophilo Ferreira Valle, pedindo pagamento de ajuda de custo.—Indeferido.

Do engenheiro Tito Barreto Galvão, pedindo a concessão de favores para realizar a transformação da rua Sete de Setembro.—Apresente o contracto celebrado com a Intendencia Municipal e approvação do Ministerio do Interior.

Victor Antonio Vieira, pedindo a concessão de 10 loterias para um monumento commemorativo da Proclamação da Republica.—Indeferido.

Victor Claudio da Silva, pedindo baixa do imposto a que estava sujeito como director da Companhia União Telephonica do Brazil.—Requeira á Recebedoria.

Ministerio da Marinha

Expediente do dia 18 de setembro de 1890

Ao chefe do estado-maior general da armada:

Declarando que ficam extensivas ao estado-maior do corpo de marinheiros nacionaes as disposições constantes das tabellas annexas ao aviso de 20 de abril de 1883, relativamente aos cozinheiros e dispenseiros necessarios para o rancho;

Determinando que o corpo de marinheiros nacionaes deixe definitivamente de dar guarda para o arsenal e que esse serviço seja feito pelo batalhão naval;

Autorisando o commandante geral do corpo de marinheiros nacionaes a adquirir diversos objectos necessarios ás aulas de primeiras letras, gymnastica e esgrima do mesmo corpo;

Autorisando a concessão de baixa ao 2º sargento do corpo de marinheiros nacionaes Candido Maria do Rego e ao marinheiro Manoel Jeronymo de Oliveira, julgados incapazes do serviço; e a admissão do dito sargento no Asylo de Invalidos, conforme deseja;

Recomendando providencias para que, antes de terminado o corrente mez, seja presente á Secretaria de Estado o mappa das idades de todos os machinistas navaes, afim de tratar-se com a brevidade possivel da reforma compulsoria e preenchimento das vagas.

— Ao director do Hospital de Marinha:

Declarando extincta a enfermaria de beribericos de Nova Friburgo, creada pelas instruções annexas ao aviso n. 1823 de 24 de julho de 1889; e recommendando que todo o material seja recebido no mesmo hospital, bem como os doentes que ainda alli existam, os quaes no dia seguinte ao da chegada serão transferidos para a enfermaria da Copacabana.

— Ao Ministerio do Interior, communicando existir no Arsenal de Marinha desta capital uma lancha a vapor, sob n. 4, que pôde prestar os serviços para que se requisa uma embarcação.

— Ao da Agricultura:

Communicando haver-se providenciado no sentido de ser effectuado o fornecimento do material preciso para o balisamento da barra e porto da Parahyba;

Rogando expedição de ordens no sentido de poderem os aspirantes alumnos da Escola Naval visitar a Fabrica de Ferro de Ipanema.

— A' inspecção do Arsenal do Rio de Janeiro, declarando que não podem ser deferidas as pretensões dos officiaes da secretaria da mesma inspecção Luiz Dias Medronho e Francisco Caetano da Silva Caldas e do escrevente da directoria das construcções navaes Carlos Dias Medronho, em virtude das resoluções da consulta de 20 de setembro de 1865 e 7 de novembro de 1868.

— A' directoria geral dos pharoes, declarando que é prorogada por tres mezes a licença concedida a 17 de junho proximo passado, para tratar de sua saude, a José Bernardo dos Santos Leal, escripturario archivistado da mesma repartição.—Communicou-se á Contadoria.

— A' Intendencia Municipal, devolvendo o requerimento de D. Feliciano Freire Allemã e D. Maria Freire Allemã em que pedem aforamento de terrenos accrescidos de marinhas á praia dos Lazaros.

— Ao governador do estado de Pernambuco, declarando que, na presente data, é exonerado do logar de inspector do arsenal de marinha do mesmo estado o capitão-tenente Guilherme Frederico de Souza Serrano.—Communicou-se ao Quartel General e á Contadoria.

— Ao Ministerio da Fazenda, solicitando que a Thesouraria da Fazenda do Pará seja habilitada com os seguintes creditos: de 17\$483, a verba—Companhia de Invalidos; de 3:712\$576 á—Reformados—; de 10:000\$ á—Material de construcção naval—; e de 800\$ á—Pharoes.—Communicou-se ao governador do Pará e á Contadoria.

— Ao Quartel General:

Declarando approvados os termos ns. 75, 76, 77 e 78, lvrados a bordo do cruzador *Parahyba*, do encouraçado *Alagoas* e da canhoneira *Trojano*, para dar despeza aos responsaveis de diversos objectos especificados nos referidos termos;

Mandando ficar sem effeito, em vista de informções posteriormente collhidas, a censura feita, por aviso n. 1094 de 1 de maio ultimo, ao commissario de 4ª classe Genes Abreu e Lima.

— A' Contadoria de Marinha:

Autorisando a mandar pagar ao jornal *O Paiz* a quantia de 24\$120 em que importam as publicações feitas pela capitania do porto desta capital;

Mandando pôr á disposição e sob a responsabilidade directa do commandante do Corpo de Marinheiros Nacionaes as duas verbas de 100\$ cada uma, destinadas a concertos de instrumentos de musica e objectos de expediente.

— Ao coronel Cecil B. Le Mesurier, transmittindo uma conta na importancia de 1:068\$100, afim de, como representante da firma Armstrong & Comp., providenciar sobre o seu pagamento a este Ministerio.

Ministerio da Guerra

Por portaria de 19 do corrente, concedeu-se licença ao coronel reformado do exercito Diogo Alves Ferraz para residir no estado do Rio Grande do Sul.

Ministerio da Agricultura

Por portaria de 19 do corrente, foi nomeado o sub-director da Estação Agronomica de Campinas, engenheiro Adolpho Barbalho Uchôa Cavalcanti, para o logar de director da mesma estação, percebendo os vencimentos que lhe competirem.

Por portarias de 20 do corrente, foram prorogadas as seguintes licenças:

Por dous mezes, ao cidadão Carlos Wanderley Maciel Pinheiro, amannense da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil;

Por 90 dias ao cidadão Paulo Felix da Silva, telegraphista de 3ª classe da mesma estrada;

Por dous mezes, ao cidadão Symphonio Simões Ferreira, auxiliar de 1ª classe do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia;

Por mais tres mezes, ao cidadão João Coelho de Oliveira, thesoureiro do mesmo prolongamento, para tratarem de sua saude onde lhes convier.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas— Directoria da Agricultura — 1ª secção — N. 183— Capital Federal, 19 de setembro de 1890.

Sentindo este ministerio ver-se privado dos vossos excellentes serviços na direcção da Estação Agronomica de Campinas, em razão de o vosso estado de saude não permittir que volteis áquella cidade, e aceitando por este motivo a exoneração que pedis daquelle logar, agradeço-vos o zelo e dedicação com que alli servistes desde sua fundação.

Saude e fraternidade.—Francisca Glicerio.
— Sr. Dr. Francisco Daferet.

DIRECTORIA CENTRAL

Expediente do dia 8 de setembro de 1890

Do Ministerio da Fazenda foi requisitado pagamento:

De 151:945\$722 á Companhia Estrada de Ferro do Carangola, por juros vencidos, correspondentes ao primeiro semestre do corrente anno;

De 16:370\$220 a J. Cotrim & Comp., por transporte dos tubos para canalisação dos rios Xerem e Mantiqueira, em agosto ultimo.

Do mesmo ministerio foi requisitada a indemnização:

De 850\$040 ao porteiro desta Secretaria de Estado, por despesas, de prompto pagamento, effectuadas em agosto ultimo;

Dia 9

Do Ministerio da Fazenda foi requisitado pagamento:

De 23:009\$002 a diversos, por fornecimentos, para o serviço do abastecimento de agua em junho ultimo;

De 1:573\$140 a diversos, por materiaes e outros objectos fornecidos para as obras da construcção de uma caixa de agua no morro de Santo Rodrigues, em junho ultimo;

De 1:059\$880 a Bernardino Francisco Mendes, por transporte de tubos para canalisação geral desta capital em agosto ultimo;

De 989\$763 a diversos, por materiaes fornecido para o serviço do deposito central e officinas da Inspectoria Geral das Obras Publicas desta capital em junho ultimo;

De 518\$810 a diversos, por fornecimento de objectos para expediente e impressões da dita inspectoria no referido mez;

De 100\$ a Carlos Pereira da Silva, amannense interino da dita inspectoria, por vencimentos do mez de julho ultimo.

— Remetteram-se;

Ao mesmo ministerio, cópia da relação do pessoal nomeado para as commissões incumbidas de medição de terras no estado de S. Paulo,

Recibos e folhas dos vencimentos do pedreiro e pessoal empregado nos trabalhos da fazenda da Boa Vista, na importancia de 622\$500 e correspondentes aos mezes de junho, julho e agosto ultimos;

Ao da Guerra, contas na importancia de 281\$400, por fornecimento de materiaes e outros objectos para os trabalhos relativos ao melhoramento da distribuição de agua á Escola Militar, visto lhe pertencer a despeza.

Dia 10

Do ministerio da Fazenda foi requisitado pagamento:

De 16:200\$ ao Lloyd Brasileiro por subvenção correspondente á viagem redonda que

aos portos do norte fez o paquete *Espirito Santo* no correr de julho e agosto ultimos.

— Do mesmo ministerio solicitaram-se os creditos:

De £ 5.634—11—9 na delegacia do Theouro em Londres, afim de ser applicado pelo commissario do governo na Europa e Estados Unidos da America do Norte, engenheiro Francisco Lobo Pereira, á acquisição e remessa de materias para o prolongamento da Estrada do Ferro da Bahia a S. Francisco;

De £ 3.935—0—0 na mesma delegacia, afim de ser applicado pelo dito commissario á compra e remessa de quatro guindastes de vapor, para os serviços da Estrada de Ferro Central do Brazil;

De frs. 70.000 na mesma delegacia, afim de ser applicado pelo dito commissario á acquisição e remessa de uma viga metallica para o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité.

Dia 11

Do Ministerio da Fazenda foi requisitado pagamento:

De 30\$ a G. Leuzinger & Filhos, por fornecimento de objectos de expediente á Directoria do Commercio desta Secretaria de Estado, em agosto ultimo;

De 30\$ ao engenheiro Domingos Francisco dos Santos, fiscal do 3º districto de Engenhos Centraes, da diaria que venceu de 9 a 14 de agosto ultimo;

—Do mesmo ministerio foram requisitadas as indemnizações:

De 5:745\$528 ao engenheiro Manoel Barata Góes, por despesas feitas com os serviços da commissão incumbida da demarcação da Fazenda do Ariró, no estado do Rio de Janeiro;

De 97\$200, ao director do Jardim Botânico da Lagôa, por despesas miudas feitas com o dito jardim, nos mezes de julho e agosto ultimo.

— Communicou-se ao mesmo ministerio:

Haver sido resolvido por despacho de 3 do corrente, elevar os vencimentos do pessoal da secção graphica da commissão de viação geral, cabendo: ao chefe dos trabalhos Lauriano José Martins Pinho 350\$; aos desenhistas de 1ª classe José de Seixas e José Ribeiro da Fonseca Silveiras, 300\$ cada um; desenhista de 2ª classe Charles William Stenwenson 180\$ e ao ajudante Antonio Caetano Pereira, 100\$; todos mensalmente;

Que por decreto de 2 do corrente foi exonerado a seu pedido, o engenheiro Joaquim Saldanha Marinho Filho, do cargo de delegado da Inspectoria de Terras no estado de Santa Catharina, sendo nomeado por igual titulo de 6 do corrente para o referido logar o cidadão Frederico Ernesto Estrella de Villeroy, com os vencimentos de 6:000\$ annuaes;

Que opportunamente se providenciará sobre o deficit que se verificar na verba n. 24, art. 7º da vigente lei de orçamento, quota do estado de S. Paulo, podendo, portanto, ser effectuados os pagamentos a ella referentes.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 20 de setembro de 1890

Dr. Francisco de Paula Barreto propondo-se a estabelecer immigrants no estado do Paraná.—Não pôde ser attendido.

Francisco Verissimo de Paula Leite pedindo os favores do decreto de 28 de junho ultimo para estabelecer immigrants em terras de sua propriedade, situadas no municipio da Sapucaia, estado do Rio de Janeiro.—O pedido não pôde ser tomado em consideração sem que sejam preenchidas as formalidades dos arts 21, 22, 38 e 40 do citado decreto.

Bacharel Germano L. M. Vert propondo-se a estabelecer immigrants em diversos estados.—Não pôde ser attendido.

João Bruno & Comp. e outro pedindo terras devolutas no estado de Santa Catharina para estabelecimento de immigrants.—Não pôde ser attendidos.

Antonio Corrêa e outros propondo-se a estabelecer immigrants no estado do Paraná.—Não podem ser attendidos.

D. Cecilia de Moraes Roxo propondo vender duas pedreiras de sua propriedade existentes nas proximidades da Estrada de Ferro Central do Brazil.—Procure a proponente chegar a accordo com a directoria da Estrada de Ferro Central, quanto ao preço, para poder este ministerio resolver o que convier.

Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos

Por portarias de 16 do corrente foram nomeados:

Joaquim Alves Ferreira da Gama para o logar de professor interino da escola mixta da quinta da Boa Vista;

Anna Leonor de Castro Maigre da Gama para exercer interinamente o logar de professora da mesma escola.

Por portarias de 18 do corrente:

Concederam-se licenças, com ordenado, na fórma da lei aos seguintes empregados da Repartição Geral dos Telegraphos:

Alberto Bittencourt Cotrim, adjunto, dous mezes;

Angelo Pinto de Sá Ribas, telegraphista de 3ª classe, tres mezes;

José Francisco de Araujo e Souza, feitor de linha, dous mezes.

—Foi nomeado Francisco Collas para o logar de secretario da Repartição Geral dos Telegraphos.

—Foi designado o professor João Maximiano Mafra para o logar de director interino do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos.

CONGRESSO NACIONAL

Senado

RELAÇÃO DAS ACTAS DA ELEIÇÃO PARA SENADORES RECEBIDAS NA RESPECTIVA SECRETARIA

(Continuação)

Districto Federal

Santa Cruz (1ª secção).
S. José (1ª, 3ª e 4ª secções do 1º districto).
Engenho Velho (5ª secção do 1º districto).
Inhaúma (1ª secção).
Nossa Senhora da Gloria (1ª secção).

Estado do Rio de Janeiro

Sant'Anna de Macacú (4ª secção do 1º districto).
Cabo Frio (1ª e 3ª secções).
Bemposta (2ª secção).
Avalhy (2ª secção).
Nova Friburgo.
S. José das Taboas (4ª secção).
S. Francisco de Paula (1ª, 2ª e 3ª secções).
Santo Antonio do Rio Bonito (1ª secção).
Gaviões (1ª e 2ª secções).
S. José de Leonissa.
S. José do Ribeirão (1ª e 2ª secções).
S. José da Boa Morte (1ª secção).
S. José do Paraiso.

Sant'Anna dos Tócos (1ª e 2ª secções).
Squaresma (1ª secção do 3º districto).
Carmo (1ª secção).
S. Benedicto (3ª secção).
S. Pedro e S. Paulo do Ribeirão das Lages.
Vargem Grande (1ª secção).
Conceição de Vassouras (1ª secção).
S. José do Rio Preto (2ª secção).
Sacra Família da Ipuca.
Capivary.
Passa Tres.
Rezende (2ª secção).
S. Sebastião de Araruama (1ª secção do 1º districto).

Valença (1ª secção do 1º districto).
Paty do Alferes (2ª secção do 2º districto).
S. Francisco de Paula do S. João da Barra (2ª secção).
Piedade da Lage (4ª secção do 2º districto).

Estado do Espirito Santo

Itapemirim (2ª secção).

Estado do Paraná

Morretes (2ª secção).

Estado de Santa Catharina

S. Miguel.
S. José.

Estado de S. Paulo

Casa Branca (2ª secção).
Queluz (2ª secção).
Ribeirão Preto (1ª secção).
S. Manoel (1ª e 3ª secções).
Araraquara (3ª secção).
Dous Corregos (1ª e 2ª secções).
Santa Barbara.
Campinas (1ª, 3ª e 4ª secções).
Sorocaba (2ª e 5ª secções).
Tatuhy (3ª secção).
Norte da Sé (3ª e 4ª secções).
Sul da Sé (3ª e 6ª secções).
Birreiro (1ª e 2ª secções).
Jacarehy (2ª secção).
Araras (1ª, 2ª e 3ª secções).
S. Carlos do Pinhal (1ª e 3ª secções).
Itú (1ª e 2ª secções).
Caçapava (2ª secção).
Capivary (1ª e 2ª secções).
Monte Moz (1ª e 2ª secções).
Santa Ephigenia (4ª secção).
Guarulhos.
Morro Pillado.
Cachoeira (1ª secção).
Jundiáhy (1ª e 3ª secções).
Mogymirim (1ª, 2ª e 3ª secções).
Piedade (2ª secção).
Limeira (2ª secção).
Bananal (2ª secção).
Redempção (1ª secção).

N. B.—Na relação hontem publica-la em vez de—Sul da Sé (1ª e 2ª secções)—leia-se—Sul da Sé (1ª e 5ª secções).

Estado de Minas Geraes

Sant'Anna de Pirapetinga (1ª e 2ª secções).
Entre Rios (1ª, 2ª e 3ª secções).
Cuyabá (Caethi).
Luminarias.
S. Gonçalo do Baçõ.
Morro do Chapéo.
Chacara (1ª e 2ª secções).
S. Gonçalo do Sapucahy (1ª e 2ª secções).
Mercês do Pomba.
Maripá (Mar de Hespanha).
Campo Limpo.
Itabira do Campo.
Limeira.
Alberto Dias (Barbacena).
Dores de Monte Alegre.
Encruzilhada (Baependy).
Juiz de Fora (7ª secção).
Ghapéo d'Uvas (1ª e 2ª secções).
S. Pedro de Alcantara (1ª e 2ª secções).
Mar de Hespanha (2ª secção).
Piedade da Leopoldina (2ª secção).
Ibituruna.
Santa Rita da Ibitipoca.

Secretaria da Camara dos Senadores, 20 de setembro de 1890.—O director, José B. da Serra Belfort.

Camara dos Deputados

RELAÇÃO DAS ACTAS DA ELEIÇÃO DE DEPUTADOS PROCEDIDA NO DIA 15 DE SETEMBRO DO CORRENTE ANNO, RECEBIDAS NA RESPECTIVA SECRETARIA.

(Continuação)

Districto Federal

S. José (1ª secção do 1º districto).
S. José (3ª secção do 2º districto).
Gloria (1ª secção).
Engenho Velho (5ª secção do 1º districto).
S. Cristovão (8ª secção).
Guaratiba (2ª secção do 2º districto).
Engenho Novo (7ª secção do 2º districto).

Estado do Rio de Janeiro

Conceição de Macahé.
Dóres de Macahé (2ª secção).
Bom Jardim (Cantagallo).
Nossa Senhora das Neves (Macahé, secção unica do 1º districto).

Idem (idem 1ª secção do 2º districto).
 Santo Antonio dos Guarulhos (1ª e 3ª secções).
 Paty do Alferes (1ª secção do 1º districto).
 Idem (2ª secção do 1º districto).
 Idem (2ª secção do 2º districto).
 Vassouras (1ª e 2ª secções).
 Carapicás (1ª e 2ª secções).
 Lage (1ª, 2ª e 3ª secções).
 Paquequer.
 S. Sebastião dos Ferreiros (2ª secção).
 S. João Baptista (2ª secção).
 Vargem Grande (Rezende, 2ª secção).
 S. João da Barra (1ª e 3ª secções).
 Santo Antonio de Carangola (1ª secção).
 Lapa de Capivary (3ª secção).
 Santo Antonio de Itabapoana (2º districto).
 Rezende (4ª secção).
 Amparo de Taly.
 Pilar (Estrella; 2ª secção).
 Cabo Frio (4ª secção).
 S. Francisco de Paula (2ª secção).
 Rio Bonito (3ª secção).
 Sapatiba (4ª secção).

Estado de Minas Geraes

Aventureiro (1ª e 2ª secções).
 Itabira (cidade; 3ª e 4ª secções).
 Palmyra (1ª e 2ª secções).
 Campo Bello (1ª e 2ª secções).
 Cachoeira do Campo (1ª e 2ª secções).
 Vargem Grande (1ª e 2ª secções).
 Sabará (1ª e 2ª secções).
 Lima Duarte (1ª e 2ª secções).
 Lavras (1ª, 2ª e 3ª secções).
 Itajubá (1ª e 2ª secções).
 Cachoeira Alegre (1ª e 2ª secções).
 Campanha (1ª secção).
 Antonio Dias (2ª secção).
 Christina (2ª secção).
 Rio Verde (2ª secção).
 Lagóa Dourada (2ª secção).
 Perdões (1ª secção).
 Ubá (4ª secção).
 Rio Pardo (Leopoldina; 1ª secção).
 Agua Limpa (Juiz de Fora; 9ª secção).
 Casa Branca.
 Luminarias.
 S. Gonçalo Baçõs.
 Cuyabá (Caeté).
 Crystaes (Campo Bello).
 Parahybuna (Dores de).
 Congonhas de Campo.
 Cattas Altas de Matto Dentro.
 Paraopila (S. Caetano).
 Paraopila (Piedade).
 Santo Antonio do Rio Acima.
 Antonio Pereira.
 Conceição (Jaguary).
 S. Thomé das Lettras.
 Angahy (Lavras).
 Barreado (Rio Preto).
 Calambão.
 Rifaina.
 Teixeira.
 Contagem (Sabará).
 Cataguazes.
 Poços de Caldas.
 Formoso do Bomfim.

Estado de S. Paulo

Conceição de Campinas (1ª, 3ª e 6ª secções).
 Ibiã (2ª secção).
 Paraizo (S. Manoel; 1ª e 3ª secções).
 Sorocaba (2ª e 3ª secções).
 Norte da Sé (capital; 1ª secção).
 Braz (capital; 2ª secção).
 Santa Ephigenia (capital; 3ª e 5ª secções).
 Una (1ª e 2ª secções).
 Dous Corregos (1ª e 2ª secções).
 Serra Negra (1ª e 2ª secções).
 Rio Claro (1ª e 3ª secções).
 Itapira (1ª, 2ª e 3ª secções).
 Parahyba (1ª e 2ª secções).
 Santo Amaro (1ª e 2ª secções).
 Tatuby (1ª, 4ª e 5ª secções).
 Bragança (3ª secção).
 Lorena (3ª secção).
 Tietê (3ª secção).
 Jambelro (1ª secção).
 Espirito Santo do Pinhal (2ª secção).
 Aracariguama (1ª secção).
 Piedade (1ª secção).
 Mogy-guaçu.

S. João da Boa Vista (2ª secção).
 Mocóca (2ª secção).
 Cunha (3ª secção).
 Buqueira (1ª secção).
 Colia (1ª secção).
 Queluz (2ª secção).
 Ribeirão Preto (1ª secção).
 Santa Barbara (1ª secção).
 Araraquara (3ª secção).

Estado do Espirito Santo

Rio Novo (Itapemirim).
 S. Pedro de Itabapoana (2ª secção).
 Moguy.
 S. José do Calçado (1ª, 2ª e 3ª secções).

Estado do Paraná

Paranaguá (1ª, 2ª e 3ª secções).
 Morretes (1ª secção).

Estado de Santa Catharina

Nossa Senhora do Destorro (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª secções).

S. Miguel (1ª secção).
 Estreito (cidade de S. José; 3ª secção).

Secretaria da Camara dos Deputados, 20 de setembro de 1890.—O director, Dr. Horacio Leal de Carvalho Reis

NOTICIARIO

Julgamento de réos presos

— Verificando o Sr. Ministro da Justiça, ao assumir a respectiva pasta, que na Casa de Detenção existiam 96 réos presos que aguardavam o seu julgamento, sendo muitos delles com pronuncia ha cerca de um anno, determinou a convocação de sessões extraordinarias do jury que tiveram logar nos mezes de março, abril, maio e julho ultimos.

Nas mesmas sessões, foram julgados 57 réos, e nas ordinarias, que se realizaram nos mezes de novembro do anno passado e julho do corrente, 125 réos.

Foram portanto submettidos a julgamentos, no periodo de 15 de novembro do anno findo a julho ultimo, 182 réos; ficando nos cartorios 33 processos, alguns dos quaes já foram julgados na sessão do mez passado, e outros o serão na do corrente mez.

Exames de preparatorios—

O resultado dos exames geraes de preparatorios nos dias 17 e 18 do corrente foi o seguinte:

Historia geral (dia 17) — Plenamente: Heitor da Silva Costa, Francisco Luiz Corrêa de Sá e Benevides, Julio Borges da Cunha e João David Pernetta.

Simplemente: Renato Pegado, Augusto Joaquim do Nascimento, Henrique de la Pena Gushmão e Eugenio do Azevedo Feio.

Physica e chimica (dia 17) — Simplemente: José Pires Domingnes Junior.

Philosophia (dia 18) — Plenamente: José de Oliveira Murinelly.

Simplemente: João Claudio Gomes da Silva, Christovão Buarque de Hollanda, José Mario da Ascenção, José Augusto Pereira de Rezende e Renato Pegado.

Malas — O correio geral expede hoje as seguintes:

Pelo *Alliança*, para Santos, impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo até ás 8, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Coleridge*, para Montevidéo, Buenos Aires, Matto Grosso e Paraguay, impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

— Amanhã: Pelo *Barão de S. Diogo*, para Macahé e Campos, impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até ás 1 1/2, ditas com porte duplo até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo *Galileo*, para Nova York, impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o exterior até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo *Main*, para Santos, impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo até ás 10, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Repartição Central Meteorologica — Resumo meteorologico da estação do morro de Santo Antonio.

Dia 17 de setembro de 1890

Temperatura à sombra...	(maxima.... 26,5 minima.... 19,2 média..... 22,85)
Dita na relva.....	(maxima.... 29,9 minima.... 17,5)
Dita ao sol.....	maxima.... 49,9
Evaporação à sombra 1 ^m , l.	
Ozone, 2 ^o , 0.	
Chuva, 0 ^m , 0.	

Santa Casa da Misericordia — O movimento do hospital da Santa Casa da Misericordia, dos hospícios de Nossa Senhora da Saude, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, foi, no dia 13 de setembro, o seguinte:

	Nacionais	Est.	Total
Existiam.....	799	528	1 327
Entraram.....	22	25	47
Sahiram.....	17	19	36
Falleceram.....	2	3	5
Existem.....	8 2	531	1.333

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 423 consultantes, para os quaes se aviram 543 receitas. Fizeram-se 29 extracções de dentes.

EDITAES E AVISOS

Caixa de Amortização

Os proprietarios das apolices do emprestimo nacional de 1889 são convidados a apresentar na Caixa de Amortização, até o dia 23 do corrente, relação dos *coupons* do mesmo emprestimo, que devem ser pagos de 1 de outubro proximo em diante, sendo: uma dos das apolices ao portador e outra dos das nominativas acompanhadas dos respectivos *coupons*, afim de serem conferidas e processadas para o pagamento. As relação serão feitas contemplando os *coupons* pela ordem numerica, do menor para o maior a assignadas, e os *coupons* virão arrumados na mesma ordem, a todos e cobertos de sobrecartas em que se declare a sua quantidade, sendo essa declaração rubricada pelos portadores.

Caixa de Amortização, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1890.—M. A. Galvão. (.

Alfandega do Rio de Janeiro

Venda de um guindaste

De ordem do Sr. inspector se faz publico que, até ao dia 30 do corrente, recebem-se nesta alfandega propostas para a venda de um guindaste que se acha na ilha Fiscal; as propostas serão feitas em carta fechada e abertas á 1 hora da tarde no referido dia 30.

Alfandega do Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1890.—O 2º escripturario, J. F. da Silva. (.

Intendencia da Guerra

Assignatura de contracto

Os Srs. Alberto de Almeida & Comp., José Antonio Gonçalves & Comp. e Guimarães & Ferreira, são convidados a comparecer a esta repartição afim de firmarem os contractos dos artigos que lhes foram acceitos em sessão da commissão de compras de 27 de maio e 8 de julho proximo passado, na intelligencia que incorrerá na multa de 5% todo aquelle que deixar de o fazer até ao dia 22 do corrente mez.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1890.—Pelo secretario, o 1º official A. D. da Costa Aguiar. (.

Intendencia da Guerra

Assignatura de contracto

Os Srs. Alberto de Almeida & Comp. e José Antonio Gonçalves & Comp. são convidados a comparecer a esta repartição, afim de firmarem os contractos dos artigos que lhes foram accoitos em sessão do conselho de compras de 6 de maio e 27 de junho proximo passado, na intelligencia de que incorrerá na multa de 5% todo aquelle que deixar de fazel-o até ao dia 24 do corrente mez.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1890. — Pelo secretario, o 1º official, *A. B. da Costa Aguiar.*

Intendencia da Guerra

Habilitação

Tendo-se brevemente de annunciar o recebimento das propostas para o fornecimento de diversos artigos, durante o primeiro semestre do anno proximo vindouro, de ordem do Sr. coronel intendente, convido as pessoas que pretenderem propor taes artigos a vir habilitar-se, na fórma do regulamento em vigor, até ao dia 5 do proximo mez de outubro.

Aquellas pessoas que se acham habilitadas deverão, comtudo, apresentar um requerimento, dirigido ao conselho de compras, o bilhete de imposto pago no Thesouro Nacional, correspondente ao primeiro semestre.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1890. — Pelo secretario, o 1º official *A. B. da Costa Aguiar.*

Junta Commercial

Pela directoria da Junta Commercial se faz publico que prestaram fiança para exercer o officio de corretor de fundos publicos desta praça, e tiraram os respectivos titulos no periodo de 29 do mez findo a 13 do corrente os cidadãos seguintes:

- Julio Augusto de Aguiar Machado.
- Cremilde Barata Ribeiro.
- Luiz Augusto da Silva Canedo.
- Julio Tavares do Aquino.
- Antonio Matheus Dias Feraandes.
- Belisario Marcinelli.
- Francisco Tavares Bastos.
- Manoel da Costa Neves.
- Henrique Augusto Lyrio.
- Selim Castello.
- Arthur Moss.
- Antonio Alves Guimarães.
- Carlos Gomes Xavier.
- José Antonio Gonçalves Liberal.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 20 de setembro de 1890. — O secretario, *Cesar de Oliveira.*

— Pela secretaria da Junta Commercial se faz publico que João Francisco Tristão e Constantino Masson, tendo prestado a respectiva fiança, tiraram titulos de agentes de leilões da cidade de Juiz de Fóra, estado de Minas Geraes, o 1º em 11 e o 2º em 13 do corrente.

Secretaria da Junta Commercial, 20 de setembro de 1890. — O secretario, *Cesar de Oliveira.*

Estrada de Ferro Central do Brazil

Corridas no Jockey-Club

Para conhecimento do publico, declara-se que, domingo, 21 do corrente, por occasião das corridas no Prado Fluminense, haverá trens especiaes directos para condução de passageiros, desde ás 10 horas da manhã até a 1 hora e 30 minutos da tarde e depois de concluidas as corridas.

Os trens especiaes não pararão nas estações de S. Diogo, S. Christovão e Mangueira.

O preço de cada passagem de ida e volta sem distincção de classe, é de 500 réis.

Escriptorio do trafego, 19 de setembro de 1890. — *Abel Ferreira de Mattos*, chefe do trafego.

Estrada de Ferro Central do Brazil

Despacho de mercadorias de e para a estação da Piedade

Para conhecimento do publico, se declara que a estação da Piedade até hoje destinada somente ao serviço de passageiros e bagagens, começará, a partir de 25 do corrente, a receber e despachar também mercadorias mas exclusivamente procedentes da Capital Federal ou a esta destinadas; observando-se as seguintes condições:

As mercadorias de importação serão recebidas somente na Estação Maritima e o frete pago como si fossem destinadas a Cascadura; as de exportação pagarão o frete como si procedessem de Cascadura e por lotação completa de wagon.

Escriptorio do trafego, Capital Federal, 19 de setembro de 1890. — *Abel Ferreira de Mattos*, chefe do trafego.

Inspectoria Geral de Hygiene

Em virtude do que dispõe o art. 68 do regulamento que baixou com o decreto n. 169, de 18 de janeiro de 1890, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Manoel Joaquim Xavier Ribeiro lhe dirigiu a seguinte petição, com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

« Manoel Joaquim Xavier Ribeiro, drogista estabelecido na cidade de Bezerros, estado de Pernambuco, desde 1883, sob a firma de Bruce & Comp, fundando-se nas disposições dos arts. 52 e 53 do regulamento para execução do decreto n. 169 de 18 de janeiro do corrente anno, vos requer licença para abrir uma pharmacia na mesma cidade, visto occorrerem a favor da pretensão do supplicante as razões de ordem publica previstas no art. 67 do citado regulamento, a saber: falta de um estabelecimento desse genero; necessidade d'elle, a juizo da respectiva Intendencia Municipal, do Dr. Pedro Jordão facultativos, do Dr. juiz de direito e mais autoridades do logar, pratica e probidade do supplicante, como tudo se evidencia pelos documentos juntos, provando mais o dito facultativo achar-se satisfeitas as exigencias do indicado art. 53. Nestas condições, espera o supplicante ser attendido e respeitosamente vos pede deferimento. E. R. M. — Bezerros, 27 de agosto de 1890. — *Manoel Joaquim Xavier Ribeiro*, professor jubilado. » Sobre duas estampilhas de duzentos réis cada uma.

E declara que, si 30 dias depois do ultimo annuncio nenhum pharmaceutico formado lhe communicar, ou a Inspectoria de Hygiene do estado de Pernambuco, a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 28 de agosto de 1890. — *Dr. Pedro Affonso de Carvalho*, secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 68 do regulamento que baixou com o decreto n. 169 de 18 de janeiro de 1890, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão João Pereira Santiago lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

« João Pereira Santiago, pratico de pharmacia, requer a V. Ex. que, em vista dos documentos inculcos, inclusive o attestado da Camara Municipal, se digne de lhe conceder licença para abrir pharmacia na freguezia de S. Thiago, termo de Bomsuccesso, provincia de Minas Geraes.

Fiado na rectidão de V. Ex., pede a V. Ex. favoravel deferimento — E. R. M. S. Thiago, 10 de outubro de 1889. — *João Pereira Santiago*. » Sobre uma estampilha de duzentos réis.

E declara que, si 30 dias depois do ultimo annuncio, nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou a Inspectoria de Hygiene do

estado de Minas Geraes a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 13 de setembro de 1890. — *Dr. Pedro Affonso de Carvalho*, secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 66 do regulamento que baixou com o decreto n. 9.551, de 3 de fevereiro do corrente anno, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Hermelino Antonio da Silveira, por seu procurador Luiz Accioli Pereira Franco, lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 65 do citado regulamento:

« Hermelino Antonio da Silveira, estabelecido com pharmacia na cidade de Caeté, provincia da Bahia, desde 1882, vem respeitosamente requerer a V. Ex. que se digne de conceder-lhe o necessaria licença para continuar no exercicio daquella profissão.

O supplicante, em satisfação do art. 65 do decreto n. 9.551, de 3 de fevereiro deste anno, offerece os documentos juntos, pelos quaes prova não só que tem as necessarias habilitações, como também que na referida cidade não existe profissional habilitado. Nestes termos, pede a V. Ex. deferimento. — E. R. M. — Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1886. — Por procuração, *Luiz Accioli Pereira Franco*. » Sobre uma estampilha de duzentos réis.

E declara que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar, ou a Inspectoria de Hygiene do estado da Bahia, a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 19 de novembro de 1886. — *Dr. Pedro Affonso de Carvalho*, secretario.

COMMERCIO

Rio, 20 de setembro de 1890

Cambio

O mercado abriu hoje com a taxa de 22 1/8 d. sobre Londres, no Banco Nacional, Sul-Americano, London Bank, Franco-Brazileiro, Commercial, Industrial, do Commercio e Allemão, e com a de 22 d. no English Bank; mas, logo, depois foi retirada a primeira taxa e affixada a segunda por todos os bancos.

As tabellas a que o mercado fechou oficialmente são as seguintes:

Londres, por 1\$.....	22 d., a 90 d/v.
Pariz, por franco.....	431 e 433 rs., a 90 d/v.
Hamburgo, por marco	537 a 535 rs., a 90 d/v.
Italia, por lira.....	437 a 435 rs., a 3 d/v.
Portugal.....	217 a 215 %, a 3 d/v.
Nova-York, por dollar.....	2\$300 a 2\$270 á vista.

O movimento do dia foi pequeno, sobre Londres, a 22 1/3 e 22 1/16 d. bancario, 22 1/8 d., dito de segunda mão, e a 22 1/8 e 22 3/16 d., metade a cada taxa, e separadamente, papel particular.

De manhã realizaram-se pequenas operações a 22 1/4 d., bancario.

Mercadorias

Pela Estrada de Ferro Central

As mercadorias entradas no dia 18 de setembro de 1890 foram:

	Desde 1 do mez	
Aguardente.....	65	396 pipas.
Assucar.....		18.000 kilogs.
Algodão.....		13.108 »
Café.....	220.420	4.238.914 »
Carvão vegetal.....	4.000	465.469 »
Couros secos e salgados.....		122.921 »
Farinha de mandioca		6.221 »
Feijão.....		5.467 »
Fumo.....		168.855 »
Madeiras.....		22.175 »
Milho.....		34.109 »
Queijos.....		61.171 »
Tapioca.....		2.209 »
Toucinho.....		63.872 »
Diversas.....	47.500	890.890 »

CAFÉ

Telegramma expedido pela Associação Commercial para Nova York, em 20 de setembro de 1890, de manhã:

	Saccas
Existencia total	125.000
Entradas no dia 19	9.000
Idem em Santos	16.000
Embarques para os Estados Unidos	5.000
Embarques para a Europa	6.000
Estado do mercado: estável.	
Frete por vapor	30 c. e 5 %
Preços:	
1ª regular 8\$100 por 10 kilos, despezas e frete por vapor 20 1/2 c. por libra	
2ª boa 7\$900 por 10 kilos, despezas e frete por vapor 19 7/16 c. por libra.	

Telegramma expedido pela Associação Commercial para Nova York, em 20 de setembro de 1890, de tarde:

Rio de Janeiro

Embarques para os Estados Unidos durante a semana	42.000
Embarques para a Europa e outros paizes, durante a semana	17.000
Sahidas durante a semana para os Estados Unidos em dous vapores	58.000
Sahidas durante a semana para a Europa e mais paizes	18.000
Frete para os Estados Unidos por vapor	30 c. e 5 %
Vapores à carga para os Estados Unidos	3

Santos

Existencia total de manhã	290.000
Vendas para os Estados Unidos, durante a semana	18.000
Vendas para a Europa, idem	10.000
Embarques para a Europa, idem	38.000
Vapores à carga para os Estados Unidos	1
Estado do mercado	firme
Preço do Good Average	7\$800

Rendas fiscaes

ALFANDEGA

Rendimento do dia 1 a 19 de setembro de 1890	2.928:017\$261
E do dia 20	203:267\$254
	3.131:284\$515

No mesmo periodo de 1889

3.139:924\$237

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 1 a 19 de setembro de 1890	727:745\$934
E do dia 20	57:992\$411
	785:738\$348

No mesmo periodo de 1889

325:201\$177

RECEBEDORIA NO CAES DO PHAROUX

Rendimento do dia 1 a 19 de setembro de 1890	32:959\$198
E do dia 20	2:054\$695
	35:014\$193

SOCIEDADES ANONYMAS

Companhia de Materiaes e Serraria a Vapor

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL CONSTITUTIVA EM 20 DE AGOSTO DE 1890

Aos 20 dias do mez de agosto de 1890, nesta cidade do Rio de Janeiro, ao meio dia, achando-se reunidos no sobrado da casa da rua da Saude n. 82, para onde foram convidados por annuncios nas folhas diarias, os diversos Srs. accionistas infra assignadas e representando, por si e por procuração, 20.000 acções, somma total do capital com que é constituída a Companhia de Materiaes e Serraria a Vapor, o Sr. commendador Antonio Teixeira Rodrigues abre a sessão da assemblea geral constitutiva da mesma companhia e indica para presidil-a ao Exm. Sr. Visconde do Cruzeiro, que é approved por unanimidade, toma assento e completa a mesa nomeando para secretarios os Srs. Barão de Jacaguay e Henrique Ribeiro Gonçalves Braga.

Em seguida são apresentados os estatutos da companhia assignados por todos os accionistas subscriptores da totalidade do capital.

O Exm. Sr. presidente convida o Sr. 1º secretario a proceder à leitura dos mesmos es-

tatutos, e, finda esta, convida-o a ler tambem o seguinte certificado:

Certifico que se acha depositada neste banco a quantia de 800:000\$, importancia da entrada do capital da Companhia de Materiaes e Serraria a Vapor.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1890.— (Assignado) Custodio Olivio de Freitas Ferraz, director-secretario do Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro.

Obtem a palavra o Sr. commendador João Rodrigues Teixeira e pondera que, conforme se vê dos estatutos ha pouco lidos, ha bens immoveis e de outra natureza, cujo valor entra na formação do capital da companhia, e os quaes tem de ser avaliados por louvados, pelo que propõe para desempenho desse encargo aos Srs. Drs. Sabino Eloy Alvim Pessoa, João Pedreira do Couto Ferraz Junior e o commendador Custodio Olivio de Freitas Ferraz.

Submettida à discussão, ninguem usa da palavra, e, posta a votos a proposta, é approved por unanimidade, declarando o Exm. Sr. presidente que, visto acharem-se presentes os louvados, é a sessão suspensa até que seja redigido o laudo respectivo.

Reabertos os trabalhos, é lida a seguinte avaliação:

Os abaixo assignados, louvados nomeados pela assemblea geral constitutiva da Companhia de Materiaes e Serraria a Vapor, para, nos termos das leis vigentes, procederem à avaliação dos bens e effeitos que constituem parte do capital da mesma companhia, conhecendo os bens de que se trata e havendo feito os necessarios exames, por accordo unanime estimam os referidos bens e effeitos na somma total de 1.465:000\$, sendo:

Dous predios do sobrado na rua da Saude ns. 82 e 84, construidos de pedra e cal, o primeiro com frente para a rua referida e para a praça Municipal, com fundos para o mar, caes e ponte, com as respectivas marinhas e o chão; o segundo com frente para a rua da Saude, fundos para o mar, tendo tambem caes, marinhas e o chão, comprehendido tudo quanto faz parte da serraria a vapor, ali estabelecida, excluidas as madeiras em deposito, pertencendo os predios ao commendador Antonio Teixeira Rodrigues, o a serraria com todos os accessorios a Teixeira Rodrigues & Comp., no valor de..... 965:000\$000

Uma propriedade na rua Fresca n. 17, construida de madeira, e o chão, excluidas as madeiras ali em deposito, pertencente a Ribeiro dos Santos & Comp., no valor de..... 180:000\$000

Um predio de sobrado sito à rua da Saude n. 92, construido de pedra e cal, com frente para a mesma rua, fundos para o mar, com as respectivas marinhas e o chão, excluidas as madeiras nelle depositadas, pertencente a Domingos Joaquim da Silva, no valor de.... 200:000\$000

Dous predios construidos de pedra e cal, terrenos, na praia de Botafogo ns. 234 e 236, e mais um terreno, com uma pequena casa e telheiro na mesma praia n. 236 A, tudo pertencente ao commendador Antonio Teixeira Rodrigues, no valor de..... 90:000\$000

Bemfeitorias e cessão do arrendamento do predio da rua da Saude n. 86, traspassados por Gonçalo Soares Cravo, no valor de..... 30:000\$000

1.465:000\$000

Rio de Janeiro, em assemblea da companhia de Materiaes e Serraria a Vapor, aos 20 de

agosto de 1890.—O engenheiro João Pedreira do Couto Ferraz Junior.— O engenheiro Sabino Eloy Alvim Pessoa.— Custodio Olivio de Freitas Ferraz.

Dado para discussão, é esta encerrada por ninguem pedir a palavra, sendo o laudo approved e abstendo-se de votar os accionistas interessados na avaliação.

Não havendo quem faça observações sobre os estatutos nem sobre o certificado de deposito, que são unanimemente aceitos pela assemblea, em seguida o Exm. Sr. presidente declara definitivamente constituída a companhia de Materiaes e Serraria a Vapor e faz votos pela prosperidade della.

Por indicação do Sr. commendador João Rodrigues Teixeira, a assemblea confirma a nomeação feita nos estatutos para os cargos da directoria e do conselho fiscal, sendo:

Para directores os Srs.:

Commendador Antonio Teixeira Rodrigues, presidente.

Jacinto Machado Bittencourt, secretario. Henrique Ribeiro Gonçalves Braga, thesoureiro.

Para o conselho fiscal os Srs.:

Commendador João Rodrigues Teixeira. Clemente Martins Carreira. Dr. Pedro Luiz Soares de Souza.

Para supplentes do conselho fiscal os Srs.:

Custodio Olivio de Freitas Ferraz. Raymundo Ribeiro dos Santos. Antonio José Lopes Zenha.

Por proposta do Sr. commendado Antonio Teixeira Rodrigues, approved unanimemente e sem discussão, é resolvido o donativo de dez contos de réis, pela contribuição de quinhentos réis por acção, para ser igualmente distribuido pelas tres associações beneficentes Asylo da Misericordia, à rua de S. Clemente, fundado por iniciativa do Exm. Sr. Visconde do Cruzeiro; Associação Protectora dos Homens do Mar, Sociedade Portuguesa de Beneficencia, representadas na mesa da assemblea, a 1ª pelo Exm. Sr. presidente, a 2ª pelo 1º secretario Sr. Barão de Jacaguay, e a 3ª pelo 2º secretario Henrique R. G. Braga, que agradecem, em nome das sobreditas associações, a generosa offerta.

Na mais havendo a tratar, e sendo duas horas da tarde, o Exm. Sr. presidente, depois de agradecer a honra de lhe haver sido confiada a direção dos trabalhos, pede o cumprimento dos Srs. accionistas até se concluir a redacção desta acta, que, sendo lida, é unanimemente approved sem discussão e assignada por todos os Srs. accionistas presentes.

E eu, Barão de Jacaguay, 1º secretario da mesa de assemblea, mandei fazer esta e, depois de a conferir e achar conforme, a assigno com os demais accionista presentes.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1890.

Companhia Estrada de Ferro do Sapucahy

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA EM 12 DE SETEMBRO DE 1890

Aos 12 dias do mez de setembro de 1890, ao meio-dia, na sala da companhia, à rua do Ouvidor n. 35, reunidos 80 Srs. accionistas, representando por si e como procuradores de outros 120.511 acções, como se verifica pelo livro de presença, o Sr. presidente da companhia declarou que, havendo numero legal para ter logar a assemblea geral extraordinaria, convocada para hoje, convida os Srs. accionistas para elegerem o presidente na fórma do art. 32 dos estatutos. Eleito por aclamação o accionista Sr. commendador Francisco Carlos Naylor para presidente e este convidou os accionistas Srs. Joaquim Pacheco e Alberto da Fonseca Guimarães para secretarios, e declarou aberta a sessão.

Procedeu-se à leitura da proposta apresentada pela directoria com o parecer do conselho fiscal que em seguida vae transcripta:

Capital Federal, 9 de setembro de 1890.— Aos cidadãos membros do conselho fiscal— A directoria da Companhia Estrada de Ferro do Sapucahy, considerando ser insufficiente e ca-

pital actual da mesma companhia para attender ao seu desenvolvimento, á vista das concessões já adquiridas que devem ser executadas, entre estas a de levar a effeito, com urgencia, a construcção da estrada de Lavras, cujo contracto já foi á companhia transferido por acto do governador de Minas-Geraes; e, considerando mais ser da maior conveniencia para os interesses da companhia e conforme os fins da sua instituição adquirir outras linhas já construídas e por construir, solicita, na forma da lei e dos estatutos, o vosso parecer sobre a elevação do capital social de 30.000.000\$ a 100.000.000\$, fazendo-se nos estatutos a necessaria alteração. Pensa mais a directoria que consulta os interesses da associação alterar a disposição do § 2º do art. 35 dos referidos estatutos, no sentido de permittir a votação por dezenas de acções sem limite, e pede tambem sobre este ponto o vosso parecer. Assim, submette á vossa apreciação as seguintes alterações: Art. 1º—Substituído pelo seguinte: A sociedade anonyma Companhia Estrada de Ferro do Sapucahy tem por fim a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que, partindo do rio Eleuterio, nos limites do estado de Minas Geraes com o de S. Paulo, vem terminar no estado do Rio de Janeiro, nos termos dos contractos celebrados com os governos dos respectivos estados, e bem assim explorar, custear e gozar as estradas de ferro já adquiridas ou por adquirir, em trafego ou por construir, e finalmente explorar, custear e gozar a navegação a vapor do rio Sapucahy desde as imediações de Pouso Alegre até o ponto mais conveniente, no municipio da Campanha, ou qualquer outra navegação que for julgada conveniente.

Ao art. 5º accrescente-se:

§ 1º Fica a directoria autorizada a elevar este capital a 100.000.000\$, divididos em 500.000 acções de 200\$ cada uma, por partes, ou de uma só vez, quando julgar conveniente.

Art. 35 § 2º Substitua-se pelo seguinte:

Os accionistas terão tantos votos quantas dezenas de acções possuírem.

Saude e fraternidade—Aos cidadãos Dr. Theodoro Carlos de Faria Souto—Major Francisco de Assis P. Assumpção—Comendador José Julio Pereira de Moraes, dignissimos membros do conselho fiscal da Companhia Estrada de Ferro do Sapucahy. (Assignados).—Visconde de Serro Frio.—Luiz Mathews Maylasky.—Antonio Carneiro Santiago.—Dr. Paulo Cesar de Antrude.

Parecer: O conselho fiscal da Companhia Estrada de Ferro do Sapucahy, tendo em vista a proposta supra e retro da directoria e attendendo ás razões que plenamente a justificam, é de parecer que a mesma proposta mereça a approvação dos Sr. accionistas em todas as suas partes. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1890.—Theodoro Carlos de Faria Souto.—José Julio Pereira de Moraes.

Posta em discussão e a votos foi unanimemente approvado.

Obtendo a palavra o Sr. Dr. Paulo Cesar de Antrude, director da companhia, disse: que sendo elle o incumbido pelos seus collegas da directoria, a tratar dos negocios da companhia perante o governo do estado do Rio de Janeiro, relatou minuciosamente as occurrencias havidas ultimamente a respeito da ligação das tres linhas, Santa Isabel, Sant'Anna e Botafogo a Angra dos Reis; concluido, demonstrou que o decreto do governador do estado do Rio de Janeiro, de 22 de agosto proximo passado, é baseado no projecto de lei votado pela extincta assembléa provincial em sua ultima sessão e que o contracto a que se refere aquelle decreto foi lavrado na directoria das obras publicas no dia 23 do mez de agosto, sendo antes satisfeitas as formalidades exigidas por lei, e bem assim tornou bem saliente que a companhia adquiriu o direito da ligação com os contractos celebrados pelo governo da provincia do Rio de Janeiro, actualmente estado do Rio de Janeiro, com as extinctas companhias de vias-ferreas Santa Izabel do Rio Preto e Sant'Anna do Pirahy,

hoje pertencentes á companhia Estrada de Ferro do Sapucahy.

Em seguida foi apresentada a proposta seguinte:

« Submetto á consideração desta assembléa:

1º, que a assembléa geral autorise a directoria a entregar, quando ella julgar conveniente, aos accionistas possuidores das 150.000 acções emitidas até hoje, titulos com valor integralizado de 200\$, recebendo nesse acto a ultima entrada de 10\$, correspondente a cada uma destas acções, continuando em vigor a resolução da ultima assembléa geral ordinaria de vencerem estas acções os juros de 3\$, por semestre durante a construcção a contar do dia 1 de julho proximo passado;

2º, que seja autorizada a directoria a dar um *bonus* de 5% a cada acção da nova emissão;

3º, sobre a nova emissão de acções para augmento de capital da companhia a 100.000.000\$, não se façam chamadas além dos 25 % sem expressa autorisação da assembléa geral;

4º, que na nova emissão sejam preferidos os accionistas, na proporção do numero de acções que possuírem no acto da dita emissão.

Capital Federal, 12 de setembro de 1890.—Luiz Mathews Maylasky, assignado. »

Posta em discussão e a votos, foi unanimemente approvada.

Pedi a palavra o Sr. accionista Guilherme Klerk e propoz que se inserisse na acta um voto de louvor e reconhecimento á directoria pela maneira digna por que tem sabido promover e defender os interesses da companhia, que intimamente se ligam aos interesses economicos dos estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes, o que com applauso geral foi unanimemente approvado.

O Sr. presidente da assembléa agradece a confiança nelle depositada pela escolha do honroso cargo que acaba de occupar e que, não havendo nada mais a tratar na presente sessão extraordinaria, declarou encerrados os trabalhos, mandando lavrar esta acta, que, sendo approvada, vai assignada pelo Sr. presidente e secretarios. E eu, Joaquim Pacheco, 1º secretario, que a escrevi e subscrevo.—Francisco Carlos Naylor, presidente.—Joaquim Pacheco 1º secretario.—Alberio da Fonseca Guimarães, 2º secretario.

PATENTES DE INVENÇÃO

N. 933—Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio, durante 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para um apparelho destinado a evitar desastres nos carris de ferro. etc., denominado « travador paulista », invenção de Thomas Paulo do Bom Sucesso Galhardo, residente na capital do estado de S. Paulo.

O objecto de minha invenção tem por fim evitar desastres nos carris de ferro vulgarmente chamados *bonds*, empregando para fazer parar o carro, a acção do proprio corpo que devia ser esmagado por elle.

Guiado por um sentimento de humanidade, dei-me a estudos serios para descobrir um meio de evitar os desastres tão frequentes nas linhas de *bonds*, sobretudo na Capital Federal e nos grandes centros da população, onde estes carros correm com grande rapidez, e creio ter chegado a um bom resultado com o apparelho de minha invenção que passo a descrever adeante.

O meu apparelho é uma especie de limpa trilhos; porém em lugar de ser elle fixo e esmagador, tornei-o movel, susceptivel de dar um choque sem machucar o corpo que o recebe e dotado de uma cunha que se introduz entre a roda e trilho pela acção do proprio choque.

No desenho annexo, A representa o carro denominado *bond* tendo as rodas B dotadas com o meu travador; C é um suporte em ferro collocado na longarina do carro; D é a armadura do travador, feita de uma forte

chapa de ferro dobrada conforme a figura; a parte D e acompanhando a circumferencia da roda, a a parte horizontal e g, acompanhando o trilho, curvada a angulo directo em g, e recebendo ali a chapa de ligação f e uma guarnição de borracha h para amortecer os choques; que pôde receber, sem machucar os corpos que o produzem.

Este travador tem a pouta e aguçada em forma de cunha podendo-se encaixar perfeitamente entre a roda e o trilho, este travador é articulado em d a um mancal preso na longarina do carro e a mola c o mantém afastado da roda, porém qualquer pressão exercida sobre a chapa h obriga a mola a ceder e permite a cunha e do travador de se introduzir debaixo da roda fazendo assim parar o seu movimento quasi instantaneamente.

E' facil comprehender que, tendo cada roda adeante e atrás, um destes travadores, ligados dous a dous por uma travessa, a travessa será dupla e muito rapida e que se tornaria ella mais effizca ainda, ligando com hastes as travessas de junção dos travadores para accional-os simultaneamente.

Esta cunha e que vem travar a roda não precisa ser lisa, ella pôde ser em escadinha, de modo a activar melhor a travessa e tambem deve receber um forro de borracha para evitar que um choque de jarada muito brusca faça projectar para deante os passageiros, que assim poderiam machucar-se.

Tendo assim mostrado o funcionamento do meu apparelho, não ha mais duvida sobre a resolução do problema, fazendo-se parar instantaneamente o carro pela acção do proprio objecto que devia por elle ser esmagado.

Comprehende-se tambem que, em lugar do limpa-trilhos das locomotivas, poderia se applicar o meu systema de travador que, de certo modo apropriado, poderia servir nas estradas de ferro.

As figs. 2 e 3 representam diferentes modelos do meu travador; na fig. 2 a armadura D pôde correr sobre dous guias de mola em c' e' e o seu movimento é inteiramente rectilineo. Na fig. 3, a armadura D faz mola em d em lugar de ser articulada como na fig. 1.

Este travador D e o suporte C podem ser collocados separadamente na longarina do carro, ou presos na mesma chapa fixada na dita longarina. A chapa f de junção dos travadores, deve ser collocada a pouca altura do trilho e ter o perfil inferior na forma curva do chão, entre os trilhos.

Da mesma forma que se communicam dous a dous os pares de travadores poderiam se communicar os quatro, e, por meio de um movimento de manivella dupla com porca accionada por um parafuso de roda a travessa pôde ser feita á vontade pelo cocheiro ou pelo conductor do carro.

Em resumo, reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

1º Um apparelho de salva-vidas automatico, podendo travar o carro instantaneamente pela propria acção do objecto que cahe adeante da roda para ser por ella esmagado, como está especificado acima;

2º Em um apparelho travador automatico, como está indicado acima, a armadura feita com chapa de ferro na forma do desenho, articulada ou de mola, na parte superior, á longarina do carro, formando cunha na parte angular que se pôde encaixar entre a roda e o trilho, e dobrado no lado opposto para receber uma chapa de junção com a outra travadora, e uma guarnição de borracha para amortecer choques;

3º Em um apparelho travador, como está indicado acima a adjunção de um suporte, preso ou não, na mesma chapa da armadura, cujo fim é supportar a mola que deve afastar o travador da roda, e, segundo o caso, pôde receber as guias com mola quando o travador é de movimento rectilineo, como na fig. 2, em lugar de ser levemente arqueado, como nas figs. 1 e 3.

Tudo como se achá representado no desenho e para os fins especificados no memorial.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1890.—Como procurador, Jules Gérard.

N. 933— Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio, durante 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para applicação nova da madeira das arvores denominadas— Jiquitibá, epé guarapara, pdo de agua, guaraba, envira, camaró, jagueira e tamarino d. fabricação de moveis curvados— invenção de Antonio Luis da Silva, residente nesta Capital Federal

O abaixo assignado, durante muitos annos, experimentou innumeradas maneiras com o fim de achar algumas proprias á fabricação de moveis curvados ditos austriacos.

A que deu melhor resultado foi o *burahem macho* e o abaixo assignado por patente n. 888 de 19 de julho deste anno, obteve privilegio para a applicação desta madeira á fabricação dos moveis curvados e outros artigos semelhantes.

Além do *burahem*, o abaixo assignado reconheceu que a madeira das arvores denominadas «Goyabeira do matto, Goyabeira cultivada, Cassuarina, Genypape e Arco de Pipa,» também se prestavam bem á fabricação dos mesmos objectos e em consequencia no dia 14 do corrente mez effectou o deposito no Archivo Publico Nacional afim de requerer privilegio sobre a applicação das madeiras acima á fabricação dos moveis curvados e artigos semelhantes.

Além das madeiras acima mencionadas, o abaixo assignado tem também obtido resultados satisfactorios nas suas esperiencias, com a madeira das arvores denominadas *Jiquitibá, epé, guarapara, pdo de agua, guaraba, envira, camaró, jagueira e tamarino* (sendo que a madeira da *jagueira* presta-se especialmente aos fundos estampados de cadeiras), e sendo portanto elle o primeiro que descobriu a applicação das madeiras das arvores acima mencionadas á fabricação dos moveis ditos austriacos, tem elle direito a um privilegio na forma do art. 2 do § 1º do art. 1º da lei 3129 d. 14 de outubro de 1882.

Em resumo—o abaixo assignado reivindica como pontos e caracteres constitutivos de sua invenção:

1.º A applicação nova da madeira das arvores conhecidas pelo nomes de *Jiquitibá, epé, guarapara, pdo de agua, guaraba, envira, camaró, jagueira, tamarino*, á fabricação de moveis curvados ditos austriacos.

2.º Na fabricação dos moveis, pela applicação acima descripta, o emprego dos mecanismos apropriados para chegar ao producto ou resultado industrial.

3.º Na applicação nova acima descripta, á fabricação não só dos moveis curvados, mas ainda de quaesquer outros objectos semelhantes.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1890.—
Como procurador, *Jules Géraud*.

N. 934— Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio, durante 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para um novo systema de helice de passo variavel, pelo deslocamento angular das abas. Invenção de Augusto Marque, morador em Bruxellas.

A presente invenção tem por fim uma disposição de helice para navios, cujo passo se pôde mudar á vontade pelo deslocamento angular facultativo das abas, as quaes acham-se montadas sobre um macho especial de modo a resolverem sobre este em um ou outro sentido, sob a acção de um commodo apropriado exercido no interior do navio, e sendo susceptível de variar o passo da helice desde zero até ao esforço maximo que se pôde obter, seja com a marcha para deante, seja com a marcha para trás. Resulta desta disposição do poderem as abas da helice revolver angularmente relativamente ao plano de rotação, o facto que a marcha do navio pôde ser modificada da velocidade maxima, passando pela phase correspondente á parada, a velocidade maxima do movimento invertido,

segundo se faz reovlver as abas no plano de rotação em um ou outro sentido de 0º até 180º, continuando entretanto as machinas a funcionar na mesma direcção e com a mesma velocidade. Fica assim estabelecida por consequente, um commando dos movimentos do navio pela helice, inteiramente independente das machinas cuja marcha continua sempre a mesma.

Pelo que precede, comprehendendo-se facilmente que, si as abas forem collocadas no plano de rotação da helice, isto é, confundirem-se com este plano, como vama representado schematicamente na fig. 1 do desenho annexo, a helice poderá virar a uma velocidade qualquer, sem contudo fazer avançar o navio. Em outros termos, poderá o navio parar, apzár de trabalharem as machinas. Si, pelo contrario, as abas forem collocadas perpendicularmente ao plano de rotação, como representa a fig. 2, o navio poderá, ficando paradas as machinas, andar á vela sem que sua marcha seja embarçada pelas abas da helice.

Uma ligeira inclinação das abas sobre o plano de rotação permittirá de pôr em movimento as machinas lentamente e sem abalo, podendo esta inclinação ser cada vez mais accentuada para augmentar o passo da helice até á velocidade maxima, segundo as condições e as aguas em que se mover o navio. Para andar para trás, bastara inverter a inclinação das abas no sentido opposto, ficando os mesmos tolos os outros movimentos. Dispensar-se-hão assim as manobras difficeis, e longas para inverter o vapor, etc., seguindo-se grande numero de outras vantagens praticas destinadas a facilitar consideravelmente a navegação dos navios de vapor e de helice.

A fig. 4 do desenho annexo representa, como exemplo, uma disposição que serva para effectuar praticamente a inclinação das abas que revolvem sobre o eixo. Compõe-se o macho B de duas metades reunidas por meio de parafusos transversaes, depois de se terem montado as abas por suas extremidades inferiores nas cavidades praticadas nas duas metades do macho para recebê-las. O macho fixa-se sobre a arvore J por meio das chavetas I que se acham mais grossas no centro, afim de evitar o deslocamento.

As extremidades das abas tem a forma de munhões C dotados de uma reborda E, a qual impede a aba de se separar do macho, sobre que encontra, aliás, um assento perfeito pela basesircular e que pôde girar sobre uma parte broqueada correspondente do macho.

Na reborda E acha-se fixada uma manivella F a que está articulada uma haste de tracção G, para revolver a aba em um ou outro sentido. Em lugar da disposição de manivella, poderia a reborda ser cortada em forma de roda dentada sobre que actua-se uma cremalheira Y, sendo esta ultima preferivel na pratica.

A manobra da manivella F ou da roda dentada tem logar do mesmo modo, achando-se fixadas as hastes de tracção G ou as cremalheiras Y a um disco H que corre longitudinalmente sobre uma chaveta K do eixo J, de tal sorte que este disco e as cremalheiras giram simultaneamente com a helice e eixo J. A posição de cada aba sendo regulada normalmente, resulta da disposição descripta que avançando ou recuando o disco H, se fazem revolver as abas e mudar o passo da helice em um ou outro sentido.

Para poder o disco H avançar ou recuar segundo as necessidades, gira, em seu perimetro em um encaixe interno formado por uma capa de ferro fundido que envolve o conjunto, e se compõe de varias partes 1, 2, 3, 4 e 5.

As partes 1 e 2 acham-se fixadas em uma parede vertical M na popa do navio e o eixo B vem tapar a extremidade da parte 1.

As partes 3, 4 e 5 podem-se deslocar longitudinalmente movendo-se sobre a parte 2, sendo, para este fim, fixadas no tubo de cobre S dotado de roscas interiormente, e de dous encaixes longitudinaes que correm sobre linguetas atadas a dous aros finos N N entre

as quaes gira uma porca de volante X que faz avançar ou recuar o tubo S, a caps 3, 4, 5 e o disco H, segundo o sentido de virar.

No tubo S acha-se praticado um orificio R, sobre que se monta por meio de um caudou, um lubrificador que se eleva de 15 ou 20 centimetros acima do nivel da agua ao redor do navio, e por onde se deita o azeite destinado a untar todas as partes susceptiveis de movimento do conjunto da helice.

Afim de impedir que a agua e o azeite penetrem no navio a capa que envolve o mecanismo dota-se de caixas de estopa conveniente P e Q.

E' claro que, em logar de se manobrar á mão o tubo S, este pôde ser dotado de disposições que permittam o commando por machinas, especialmente combinadas para este fim, no caso em que o deslocamento angular das abas exigiria um esforço muito grande para se effectuar á mão com a velocidade desejada.

Em resumo, reivindicoo como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

1.º Uma helice de navio de passo variavel pelo deslocamento angular facultativo automatico das abas, relativamente a plano de rotação da helice, permittindo de regular á vontade as velocidades do navio, sem altera: em qualquer coisa a marcha das machinas;

2.º Para effectuar o deslocamento angular das abas mencionadas na primeira reivindicação a montagem das abas de articulação C sobre um macho composto de duas metades B, sendo articulações C dotadas quer de uma manivella EF, quer de uma roda dentada actuadas respectivamente por uma haste de tracção G ou uma cremalheira Y, fixadas em um disco H que pôde correr sobre a arvore J sob a acção da porca de volante X, actuando sobre o tubo dotado de roscas S, fazendo parte da capa 2, 3, 4, 5, que envolve o conjunto do mecanismo: substancialmente como foi descripto e representado, e para os fins especificados.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1890.—
Como procurador, *Ch. Bailly*.

ANNUNCIOS

Banco União de S. Paulo

Convido os Srs. accionistas do Banco União de S. Paulo que não anteciparam as suas entradas a realizar, do dia 20 a 25 do corrente, na sede, nesta capital, em suas agencias em Santos e Campinas e em casa de seus correspondentes no Rio de Janeiro, Srs. J. F. de Lacerda & Comp., rua da Alfandega n. 37, a 3ª entrada do capital á razão de 10 % ou 20% por acção.

S. Paulo, 9 de setembro de 1890.—
A. de Lacerda Franco, presidente.

Banco União de S. Paulo

Ficam suspensas as transferencias de acções deste banco, do dia 19 a 25 do corrente.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1890.—
A. de Lacerda Franco, presidente.

PRIVILEGIOS

JULES GÉRAUD, á rua do Rosario n. 43, encarega-se de obter privilegios no Brazil e no estrangeiro.

DIARIO OFFICIAL

A assignatura é de 18\$ por anno e de 6\$ por quatro mezes.

Pode ser tomada em qualquer tempo, mas termina sempre nos mezes de abril, agosto e dezembro.

Aos funcionarios publicos retribuidos que autorisarem o desconto de 1\$ mensaes em seus vencimentos, cabe o direito de receber a folha official, de conformidade com o disposto no art. 26 do regulamento de 20 de julho de 1889.

Rio de Janeiro.— Imprensa Nacional.— 18 90